

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DIULIA DORNELES ROSSO

**AS RELAÇÕES ENTRE FRANÇA E A ÁFRICA FRANCÓFONA
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL:
UM ESTUDO DE CASO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (1960-2016)**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

DIULIA DORNELES ROSSO

**AS RELAÇÕES ENTRE FRANÇA E A ÁFRICA FRANCÓFONA
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL:
UM ESTUDO DE CASO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (1960-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel Rizzi

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

R327r

ROSSO, Diulia Dorneles

As Relações entre França e a África Francófona no período pós-colonial: um
estudo de caso da República Centro Africana (1960-2016) / Diulia Dorneles
Rosso.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - - Universidade Federal do
Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.

Orientação: Kamilla Raquel Rizzi.

1. África Francófona. 2. França. 3. Colonialismo. 4. Neocolonialismo. 5.
República Centro Africana. I. Título.

DIULIA DORNELES ROSSO

**AS RELAÇÕES ENTRE FRANÇA E A ÁFRICA FRANCÓFONA
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL:
UM ESTUDO DE CASO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (1960-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardin
(UNIPAMPA)

Aos jovens africanistas brasileiros e às mulheres da organização do
PAMPASUL 2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Governo Lula pela criação da Universidade Federal do Pampa e pelo esforço na implantação de programas em benefício das massas, não apenas da burguesia. É motivo de orgulho concluir a graduação nessa instituição de ensino pública e de qualidade, onde muitos dos estudantes são os primeiros de suas famílias a terem a oportunidade de estudar em uma universidade gratuita, como é o meu caso.

Agradeço também aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional e por sempre batalharem para que eu tivesse uma educação de qualidade. À minha mãe, em especial, pela cumplicidade, paciência e pelo colo nas horas de desespero frente aos prazos de entrega da monografia e demais desafios da graduação.

Aos professores, pela dedicação e excelência nas aulas, bem como o suporte em atividades fora da sala de aula.

À Nathaly Xavier Schütz, pelo apoio desde o início do curso e pela introdução aos estudos africanos, a afeição pelo tema demonstrada durante as aulas de Seminário de África foi um dos motivos para minha entrada no GeÁfrica, onde surgiu essa pesquisa.

À Kamilla Raquel Rizzi, pela paciência e orientação durante o trabalho de conclusão de curso, sem isso, esse trabalho certamente não estaria terminado. Agradeço também a excelência demonstrada em sala de aula e nos assuntos referentes ao PAMPASUL, à dedicação empregada em tudo que faz é fonte de inspiração e incentivo em seguir a carreira acadêmica.

Aos colegas e amigos que fazem parte da família UNIPAMPA e em muito contribuíram para a construção da profissional e pessoa que sou. Agradeço em especial ao Gustavo Rodrigues, ao Daniel Deliberali, à Lidiane Ayang e à Isabella Cruzichi, pelo amor, parceria e incentivo de sempre.

La Françafrique, c'est comme un iceberg. Vous avez la face du dessus, la partie émergée de l'iceberg : la France meilleure amie de l'Afrique, patrie des droits de l'homme, etc. Et puis ensuite, vous avez 90% de la relation qui est immergée : l'ensemble des mécanismes de maintien de la domination française en Afrique avec des alliés africains.

François-Xavier Verschave

If all mankind would be as wealthy as the very richest countries are right now, there would, in all probability, still be violence, but there would be less of it.

Walter Laquer

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da influência francesa na República Centro Africana entre 1960 e 2016. Para tal, a pesquisa adota o método descritivo-exploratório, fazendo uso de uma abordagem hipotético-dedutiva e do estudo de caso. A partir da percepção de que não seria possível a manutenção do sistema colonial por muito tempo, o governo francês desenvolveu uma estratégia de cessão gradual de liberdades político-administrativas às colônias. Além de reduzir os custos da metrópole com esses territórios, tal prática permite o estreitamento das relações com as elites locais, favorecido após a participação de africanos na Assembleia Constituinte Francesa em 1945. Durante a transição à independência, uma série de acordos foi firmada com os Primeiros Ministros das colônias envolvendo, principalmente, os âmbitos de defesa, recursos naturais e manejo de áreas estratégicas, como comunicações e energia, por exemplo. É interessante notar que boa parte desses acordos continua em vigor. No caso da República Centro Africana, o apoio da França, seja ele direto ou indireto, é determinante tanto na manutenção dos governos quanto na inserção do país no Sistema Internacional.

Palavras-chave: República Centro Africana; Séléka; França; colonização.

ABSTRACT

RELATIONS BETWEEN FRANCE AND FRENCH AFRICA DURING THE POSTCOLONIAL PERIOD: THE CASE OF CENTRAL AFRICAN REPUBLIC (1960-2016)

The aim of this monography is to analyse the impact of French influence at Central African Republic between 1960 and 2016. To do so, this research uses a descriptive-exploratory method, in addition to a hypothetic-deductive approach and a case study. Along with the perception that the maintenance of the colonial system would not be possible for much longer, the French government developed a strategy of gradual cession of political-administrative liberties to the colonies. Apart from reducing the costs with those territories, this practice allowed the tightening of the relation among French and African elites, favoured after the inclusion of African leaders at the French Assembly at 1945. During transition to independence, a series of accords were signed along with the Prime Ministers of the colonies englobing, specially, the matters of defence, natural resources and management of strategic areas, such as communication and energy. It is important to notice that a large part of those treaties still operative. In the case of Central African Republic, French support, either direct or indirect, is determinant for the maintenance of governments as well as to ensure the insertion of the State into the International System.

Keywords: Central African Republic; Séléka; France; colonization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Considerações Teóricas	13
2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES FRANÇA-ÁFRICA FRANCÓFONA	23
2.1 Colonização Europeia.....	24
2.2 África Francófona nos Conflitos Mundiais	29
2.3 Processo de Descolonização	34
2.4 Guerra Fria e mudança conjuntural	37
2.5 Considerações finais do capítulo	41
3 CASO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (1960-2016)	43
3.1 Contexto histórico	44
3.2 Disputa pelo poder e alianças instáveis	47
3.3 Séléka, Anti-Balaka e o golpe de 2013.....	51
3.4 De Samba-Panza à Touadéra	59
3.5 Considerações finais do capítulo	61
4 FORÇAS EXTERNAS NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA	63
4.1 Triângulo das tormentas	66
4.2 Relação com a antiga metrópole.....	70
4.3 Considerações finais do capítulo	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Estudar a África é compreender os diferentes estágios históricos, sociais, econômicos e culturais do continente, tendo a colonização europeia como marco entre a estrutura já estabelecida, a África pré-colonial, e a transformação que as interações com potências coloniais aferiram à mesma, África colonial e pós-colonial. Além disso, é entender que esses jovens Estados abrigam diversas etnias e religiões em seus territórios, bem como estruturas e problemáticas distintas das Ocidentais. É importante ressaltar que, muito antes da colonização europeia, a África possuía estruturas administrativas organizadas e mantinha comércio com a Europa, especialmente a África do Norte, dada a ligação estabelecida durante a expansão do islã em ambos os continentes.

Berço de civilizações antigas, como a egípcia, por exemplo, o continente africano possui reinos e impérios com sistemas de comércio e relações intracontinentais desde a Idade Antiga, como o Império Kush (1700 a.C.-350 d.C.), por exemplo. O reino de Kush, localizado no atual território do Sudão, aparece em registros egípcios já em 2000 a.C., sendo descrito como uma ameaça aos faraós devido ao elevado poder bélico e consolidada presença comercial na região (LECLANT, 2010). Outra importante entidade política da época é o Império Songhai (séc. XV-XVI), abarcando parte dos Estados atuais da Nigéria, Níger e Mali. O mesmo surge como reino ainda no século VIII, alcançando o apogeu imperial no início do século XV. Com o aumento do controle militar na região da África Ocidental, os Songhai garantem elevada participação no comércio transatlântico logo nas primeiras expedições portuguesas à costa. Do mesmo modo, seu rival, o Império do Mali (séc. XIII-XVI), se apresenta como hegemonia regional e comercial da época, até ser enfraquecido por ataques estrangeiros e disputas por poder no final do século XV (LY-TALL, 2010).

A interação do continente africano com o europeu é fortemente alterada conforme a busca das grandes potências da época, notoriamente Grã-Bretanha e França, pelo controle de zonas de influência, especialmente em territórios ricos em ouro e especiarias. A disputa entre potências europeias por territórios além-mar acarretou, em certa medida, na “corrida para África”. Os primeiros entrepostos coloniais franceses foram criados na costa ocidental com base no elevado interesse comercial na área. Com a aceleração desse processo, acordos passaram a ser firmados a fim de garantir o controle desses Estados sobre as áreas desejadas, podendo ocorrer tanto entre potências europeias quanto com líderes africanos.

A descoberta de recursos naturais como ouro e diamantes, juntamente com o a realização da Conferência de Berlim (1884-1885), ampliou e acelerou o processo colonial. É

interessante notar que algumas empresas criadas nessa época ainda hoje atuam no continente, como a mineradora de diamantes De Beers ¹. Apesar do discurso civilizatório, na África Central, a interiorização da dominação aconteceu muito em função dos interesses privados, servindo como território fértil para a atuação de empresas europeias. Após a Conferência de Berlim, a dominação colonial é ampliada, mantendo-se controle acerca da administração dos territórios. A partir disso, tem início a pesquisa a ser realizada.

Detentora do segundo maior império colonial, atrás apenas da Grã-Bretanha, a França manteve um modelo de administração e estratégia colonial que permitiu com que o Estado ainda hoje mantenha relações privilegiadas com os países independentes. A relação estabelecida entre o alto escalão político francês e os líderes africanos foi um dos fatores que concedeu à antiga metrópole a posição de principal parceira político-comercial de diversos países da África Ocidental e Central. Apesar de utilizar-se de modos de administração agressivos e que, por vezes, incluíam a proibição de determinadas práticas culturais e até mesmo o uso da língua nativa, a **similaridade cultural desenvolvida** entre as partes e o fato de que muitos **africanos imigram para a França para estudar**, garantem o fortalecimento desses laços e a proximidade entre as partes no período pós-colonial.

O poder de influência exercido por Paris na África após as independências garantiu a manutenção do seu *status* de potência, enfraquecido pelas perdas decorrentes da Segunda Guerra Mundial e dos conflitos de libertação nos territórios colonizados, além de ser crucial para a internacionalização das grandes empresas francesas e ampliar o apoio ao Estado em organizações internacionais.

O caso a ser estudado neste Trabalho de Conclusão de Curso é o da República Centro Africana (**RCA**), localizada na África Central, entre os territórios do Chade, Sudão, Sudão do Sul, Congo e Camarões. Desde sua independência da França, em 1960, o país sofre com problemas políticos internos decorrentes de disputas pelo poder, tendo de receber frequentemente ajuda internacional, seja ela, financeira, humanitária ou securitária. Sua instabilidade é consequência, principalmente, dos **recorrentes golpes militares, da má gestão de seus líderes e da elevada dependência externa**. Dentro desse contexto, a **França apresenta-se como um dos principais parceiros do país, chegando a influir, direta ou indiretamente, em assuntos referentes à conjuntura interna e aos posicionamentos e alianças externas do mesmo**.

¹ Empresa de origem britânica que atua na área de mineração e comércio de diamantes. Fundada por Cecil Rhodes, empresário britânico e importante aliado da coroa no processo de dominação da África Austral, principalmente da África do Sul, em 1888, logo da descoberta das pedras em território sul africano. Posteriormente, a empresa é vinculada à companhia norte-americana Rand Selection Corporation Ltd., vindo a tornar-se uma das principais exploradoras de diamantes do continente (N'KRUMAH, 1967).

A partir disso, o presente trabalho visa responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o impacto da influência francesa na República Centro Africana no período pós-colonial (1960-2016), considerando as alterações no âmbito doméstico e nas relações exteriores? Para isso, **parte-se do pressuposto que, considerando a estreita relação mantida entre a França e suas antigas colônias africanas, em especial a República Centro Africana, a mesma busca, por meio da perpetuação dessa relação privilegiada, em muitos aspectos similar à época colonial, manter seu *status* e prestígio de potência.** Desse modo, têm-se como hipótese que a forte presença francesa, seja no âmbito econômico, político ou securitário, influencia na lógica de poder da República Centro Africana, alterando o modo como o país se relaciona com os demais componentes do sistema regional e internacional.

O **objetivo geral** é analisar o impacto da influência francesa na República Centro Africana no período entre 1960 e 2016, levando em consideração fatores políticos, econômicos e securitários. Já os **objetivos específicos** incluem a) averiguar o modo como se deu a interação entre as antigas Federações Francesas na África e a França, b) investigar os efeitos da política francesa para a África Francófona, de modo geral, no âmbito interno dos países africanos e, de maneira mais específica, na República Centro Africana e, por fim, c) verificar a amplitude das relações entre França e República Centro Africana.

A presente pesquisa é do tipo quanti-qualitativa, uma vez que abrange aspectos tanto qualitativos, como o estudo de caso, quanto quantitativos, como a estruturação da pesquisa com base na tentativa de verificação da hipótese, por exemplo. A fim de melhor compreender as relações entre a França e a África Francófona no período pós-colonial, utiliza-se o método histórico, cuja proposta é a de

[...] estudar o passado das atuais formas de vida social, as instituições e os costumes para entender o passado, explicar o presente e prever o futuro, verificando não apenas a influência do fato e do fenômeno, como também sua formação, modificação e transformação durante determinado período de tempo. (GONÇALVES, 2005, p. 43).

A monografia fundamenta-se no uso de documentação indireta, especialmente fontes secundárias. Parte-se de uma abordagem hipotético-dedutiva, com base na exposição e tentativa de explicação dos acontecimentos entre a antiga metrópole e os Estados africanos. Para tal, faz-se uso do estudo de caso da República Centro Africana. Quanto ao objetivo, a pesquisa será de caráter descritivo-exploratório, tendo em vista a análise de dados referentes

ao objeto abordado no estudo de caso, bem como a verificação da participação francesa no modo como se dão as relações internas e externas do Estado africano.

O trabalho é estruturado da seguinte forma: inicialmente, serão apresentados os principais conceitos teóricos que visam auxiliar o entendimento dos temas a serem abordados; no segundo capítulo, expõem-se o histórico da colonização e da relação entre a França e as Federações coloniais, África Ocidental e Equatorial Francesa; ao terceiro capítulo caberá a análise acerca da República Centro Africana e os acontecimentos nos âmbitos político e securitário domésticos; o quarto capítulo abordará as forças externas envolvidas no Estado centro africano e buscará explicar a importância das mesmas para a propagação da instabilidade na região; por fim, ocorrerá a conclusão da pesquisa, onde serão expostas questões gerais acerca do tema e a confirmação ou negação da hipótese aqui apresentada.

1.1 Considerações Teóricas

O continente africano e as problemáticas por ele englobadas não podem ser compreendidos sem um arcabouço histórico-teórico. As vertentes teóricas clássicas de Relações Internacionais e seus esforços a fim de alcançar uma corrente capaz de explicar os Estados e demais fenômenos referentes ao funcionamento do sistema internacional de maneira unificada falham em adaptar-se à realidade africana. Antes do contato com as potências colonizadoras, essa região apresentava estruturas políticas variadas e que se relacionavam entre si. Desse modo, é de extrema importância a realização de pesquisas acerca dos Estados africanos, bem como a compreensão da realidade dos mesmos, levando em conta as consequências que a colonização e as crises enfrentadas logo após a independência incorporam a esse processo. É fundamental para um profissional de Relações Internacionais, especialmente do Sul global, compreender a realidade de outros Estados da mesma região, tendo em vista a similaridade das problemáticas enfrentadas. Portanto, é de extrema importância que os estudos africanos sejam incentivados dentro da academia brasileira.

Tendo em vista os acontecimentos supracitados, faz-se necessário, primeiramente, conceituar colonialismo. O mesmo consiste no conjunto das práticas coloniais, ou seja,

Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio de força ou superioridade econômica de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio [...] No uso corrente, Colonialismo significa dominação institucionalizada de um Estado sobre povos pertencentes a civilizações diversas e longínquas. (GFNTILI, 1998, p. 181).

Gfntili (1998) divide colonialismo entre formal e informal, sendo o primeiro a institucionalização da dominação sobre sociedades e o último a dominação de organizações políticas independentes por determinado período. Todavia, é preciso distinguir o colonialismo informal do neocolonialismo. Neocolonialismo é a manutenção da dependência à antiga potência colonial, seja ela política, econômica, cultural ou social, mesmo após a independência. Conforme o autor, as necessidades econômicas impulsionaram o início do movimento colonial moderno, sendo esse processo dividido em duas fases. A primeira delas teve início com a expansão marítima de Espanha e Portugal, ainda no século XV, a partir da criação das colônias de assentamento no continente americano, estendendo-se até o início do século XIX quando a maioria desses territórios conquista a independência. A segunda fase consiste na efetivação da colonização onde havia apenas entrepostos coloniais, como na África Ocidental, bem como na disputa entre as potências da época pelo controle dos territórios ainda não ocupados por europeus. Nesse período, o colonialismo assumiu forma e técnicas mais elaboradas de dominação, além de, por diversas vezes, estar associado aos interesses privados visando à exploração de mão-de-obra, recursos minerais e matérias-primas dessas regiões.

Para melhor compreender a conjuntura do continente africano, é fundamental estabelecer a diferença entre colonialismo e imperialismo, especialmente no que tange as ex-colônias francesas. O colonialismo fez parte do imperialismo, sendo ele uma das maneiras de dominação características dessa prática. Nesse sentido, pra fins conceituais, utiliza-se aqui a definição de Pistone (1998), onde imperialismo é a

[...] expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e forma de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados, geralmente conexas com tal fenômeno. (PISTONE, 1998, p. 611).

O imperialismo visa de diversas maneiras a exploração econômica, por isso, está sempre ligado ao capitalismo. Este último tornou-se uma das ferramentas de ação imperialista (PISTONE, 1998). Aborda-se aqui, a versão moderna desse fenômeno. Segundo Lenin (1917), desde o Império Romano tais práticas são adotadas, todavia, nesse período o objetivo e o *modus operandi* das mesmas se apresentam de maneira totalmente diferente da atual. De acordo com o autor, a associação com os ideais capitalistas modificou-as, processo similar ocorre ao colonialismo. Tal associação ocorre quando o capitalismo passa da defesa da livre concorrência à formação de redes monopolísticas. Lenin argumenta que, com a introdução de

novas tecnologias e a importância do *know how* no processo produtivo, bem como a necessidade de expansão frequente das empresas a fim de conquistarem seu espaço no mercado internacional, tais entidades passam a unificar-se, agregando na mesma corporação diferentes ramos da indústria. Com base nisso, convém utilizar uma definição de imperialismo com base em cinco pontos, são eles:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 1917, p. 43).

Durante os últimos anos do século XIX ocorreram às mudanças no capitalismo acima mencionadas, dentre elas destacam-se a ascensão do capital financeiro, juntamente com a queda do capital industrial. É notável o crescimento dos bancos e a internacionalização dos mesmos, passando a realizar consórcios a empresas privadas, especialmente em setores estratégicos. A constante evolução tecnológica nos países mais desenvolvidos trouxe consigo uma série de consequências para a manutenção desse sistema, como, por exemplo, a maior necessidade de energia, a escassez de terras para plantio e o encarecimento da mão-de-obra, agora mais qualificada. Nesse sentido, a “partilha do mundo” era tida como necessária para muitos burocratas europeus a fim, não somente de suprir a necessidade de matérias-primas e força de trabalho, mas também de evitar que o sistema capitalista entre em colapso (LENIN, 1917, GFNTILI, 1998).

Compreende-se que o capitalismo se utiliza do imperialismo e do colonialismo para acentuar as desigualdades entre os agentes do sistema internacional, tanto dentro das unidades nacionais quanto entre as mesmas. Entende-se como capitalismo, o sistema econômico-político

[...] baseado na constante absorção de perdas econômicas por entidades políticas, enquanto os ganhos econômicos são distribuídos para o setor privado [...] o capitalismo, como modelo econômico, é baseado no fato de que os fatores de produção envolvem áreas maiores que as controladas por qualquer unidade política. Isso tornou possível a constante expansão do sistema mundo, apesar da distribuição desigual dos lucros.² (WALLERSTEIN, 1976, p. 230, tradução nossa).

² No original: “[...] based on the constant absorption of economic loss by political entities, while economic gain is distributed to “private” hands. [...] capitalism as an economic mode is based on the fact that the economic

A partir da divisão internacional do trabalho, uma das características marcantes do capitalismo, é desenvolvida a teoria do sistema mundo, acerca disso, destaca-se que

Essa divisão não é somente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Ou seja, os tipos de atividade econômica sequer são distribuídos dentro do sistema mundo. Isso é, em parte, consequência de condições ecológicas. Mas, principalmente, reflexo da organização social do trabalho, que amplia e legitima a habilidade de alguns grupos explorarem o trabalho dos demais, recebendo uma parcela maior do lucro.³ (WALLERSTEIN, 1976, p. 230, tradução nossa).

De acordo com Hopkins e Wallerstein (1977), as transformações econômicas ocorridas ao longo da história acarretam na divisão do sistema mundial entre periferia, semiperiferia e centro, conforme o nível de desenvolvimento econômico-tecnológico e a posição das unidades políticas dentro do modelo capitalista. Cabe aos Estados do centro, industrializados e com maior acesso a tecnologias, a exportação de bens secundários e aos Estados da periferia, desprovidos das características anteriores, a comercialização de produtos primários. Os Estados semiperiféricos são aqueles cuja indústria nacional, apesar de pequena, é capaz de produzir bens de maior valor agregado e que, todavia, possuem grande parte de sua pauta de exportação baseada em produtos primários, especialmente agrícolas. Segundo os autores, tal divisão é fortalecida pelo sistema de Estados vigente e pelas estruturas sociais criadas em torno dele. Uma das práticas comuns desse modelo é a exportação de tecnologias, já ultrapassadas, do centro para a periferia. A ausência de novas tecnologias e o elevado custo para obtê-las faz com que os Estados da periferia e semiperiferia não consigam desenvolver suas indústrias de maneira similar ao centro (AMIN, 2005).

Do mesmo modo, com o aumento da internacionalização do capital, o Estado atua em consonância com o mesmo a fim de favorecer sua propagação pelo sistema mundial. É importante ressaltar que tal prática acontece nos Estados do centro, tendo em vista que estes possuem maior capacidade de ação e coerção frente às demais unidades do sistema.

factors operate within an arena larger than that which any political entity can totally control. This gives capitalists a freedom of maneuver that is structurally based. It has made possible the constant economic expansion of the world-system, albeit a very skewed distribution of its rewards.”.

³ No original: “This division is not merely functional – that is, occupational – but geographical. That is to say, the range of economic tasks is not evenly distributed throughout the world-system. In part this is the consequence of ecological considerations, to be sure. But for the most part, it is a function of the social organization of work, one which magnifies and legitimizes the ability of some groups within the system to exploit the labor of others, that is, to receive a larger share of the surplus.”

[Sem Estados fortes,] o estrato capitalista não teria os mecanismos de proteção de seus interesses, garantindo os direitos de propriedade, assegurando o monopólio, espalhando suas perdas entre a população, etc.

Em sequência, a economia mundial desenvolve um padrão onde as estruturas dos Estados são relativamente fortes no centro e fracas na periferia. [...] É necessário, para o sistema capitalista, que o maquinário estatal seja mais forte em determinadas regiões em detrimento de outras.⁴ (WALLERSTEIN, 1976, p. 234, tradução nossa).

Sendo assim, é possível afirmar que o continente africano encontra-se na periferia mundial, ou seja, esses Estados não dominam seus respectivos processos de acumulação de capital, sendo altamente influenciados por fatores e empresas externas. Em geral, esses países dedicam-se a atividades menos lucrativas, em especial relacionadas à agricultura e exploração de recursos naturais. De acordo com Amin (2005), após o fim da Guerra Fria tem início uma nova fase na expansão imperialista e no modo de exploração da periferia,

Os objetivos do capital dominante continuam os mesmos – o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais do planeta, a superexploração das reservas de mão-de-obra da periferia – ainda que operando em novas condições e, em certos aspectos, muitos diferentes daquelas que caracterizam a fase precedente do imperialismo. [...] De todo modo, mesmo onde foram mais marcados os progressos da industrialização, as periferias continuam a ser gigantescas “reservas”, entendendo por essa definição que proporções variáveis, mas sempre muito importantes de sua força de trabalho são empregadas (quando o são) em atividades de baixa produtividade. (AMIN, 2005, p. 84-85).

Somado a isso, o desenvolvimento de estruturas estatais fracas (utilizando o termo de Wallerstein) faz com que os países africanos tornem-se, em certos aspectos, dependentes de suas relações exteriores e da manutenção de boas relações com os Estados do centro. Nesse sentido, é do interesse das antigas potências coloniais manter boas relações com o continente e, por vezes, agir em prol da manutenção da influência nos territórios já independentes a fim de auxiliar a expansão do capital nacional e garantir o acesso do mesmo aos recursos naturais e mão de obra africana.

A interação entre esses três níveis de entidades políticas, especialmente entre os dois primeiros, é determinante para manutenção desse sistema e passa por constantes mudanças, de acordo com as alterações no modelo capitalista. Dentre elas, o colonialismo, cujo monopólio garantido as metrópoles altera a estruturação do sistema mundo e coloca esses países, após a

⁴ No original: “[Without Strong states] the capitalist strata would have no mechanisms to protect their interests, guaranteeing their property rights, assuring various monopolies, spreading losses among the larger population, etc.

It follows then that the world-economy develops a pattern where state structures are relatively Strong in the core areas and relatively weak in the periphery. [...] What is necessary is that in some areas the state machinery be far stronger than in others.”

independência, em situação prejudicada perante o todo, especialmente no quesito industrialização e acesso à tecnologia. Com o fim do colonialismo, passa a se desenvolver o neocolonialismo, a fim de perpetuar, dentre outras coisas, condições econômicas similares às coloniais. Para tal, busca-se criar as condições para o

[...] domínio do mercado capitalista internacional sobre países produtores de matérias-primas, privados de estruturas industriais integradas, dependentes financeira e tecnologicamente, e governados por classes políticas profundamente condicionadas pela estrutura da dependência econômica. (GFNTILI, 1998, p. 181).

Por conseguinte, torna-se importante analisar a **concepção de neocolonialismo** apresentada por Kwame N’Krumah (1967). Segundo o autor, o neocolonialismo nada mais é que uma **adaptação dos métodos de exploração e dominação do imperialismo**, através dele ocorre às mudanças necessárias para propagação da subordinação dos países em vias de desenvolvimento aos interesses das grandes potências do sistema internacional. Mais precisamente, o **neocolonialismo consiste no ato de ceder a “independência aos seus antigos súditos, que será seguida de ‘ajuda’ para o desenvolvimento” garantindo que os ganhos da metrópole se assemelhem aos da época colonial e os custos sejam reduzidos** (N’KRUMAH, 1967, p. 281). Sendo assim, N’krumah afirma que o neocolonialismo “é a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo [em] que falam em ‘liberdade’” (N’KRUMAH, 1967, p. 281). Apesar de sua obra focar-se nos Estados Unidos como principal ator neocolonialista, tal definição serve para descrever a ação de diversas potências internacionais na África no período pós-colonial.

No caso francês, as independências foram orquestradas de maneira a não causar desgastes no relacionamento entre a metrópole e as antigas colônias, estreitando o vínculo entre as elites locais e a França. De encontro ao posicionamento de N’krumah acerca do neocolonialismo, Verschave (*apud* SENA 2012) classifica a interação entre a ex-metrópole e os Estados africanos como sendo clientelista e corrupta. É fundamental destacar a importância da relação estabelecida com as elites africanas nesse processo, onde grande parte dos líderes estudou na França e teve algum tipo de contato político com as autoridades de lá. Ademais, muitos deles chegaram ao poder com apoio massivo de Paris, através de golpes de Estado, financiamento de campanha e demais estratégias a fim de enfraquecer figuras políticas não aliadas. O esforço realizado para manter governantes amigos à frente dos Estados africanos ocorre no sentido de propagar a condição clientelista dos mesmos, especialmente no que tange a garantia de mercado ao capital francês. A África representa, entre outras coisas, a conquista

da suficiência energética francesa e essa relação privilegiada é fundamental para assegurar as concessões de exploração de recursos naturais, como o urânio e o petróleo, por exemplo. De encontro a isso, Sena (2012) afirma que as políticas adotadas pela potência europeia no período pós-colonial visam propagar a dependência dos países africanos, além de manter a influência político-diplomática nesses territórios.

Em sequência, para entender as transformações no continente desde o fim do colonialismo, é preciso levar em consideração que os modelos de Estado e soberania europeus não se aplicam à África. Acerca do Estado moderno, Schiera (1998) afirma que

[...] o Estado moderno europeu nos aparece como uma forma de organização de poder historicamente determinada e, enquanto tal, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas, historicamente também determinadas e interiormente homogêneas, de organização de poder. O elemento central em tal diferenciação consiste, sem dúvida, na progressiva centralização de poder segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas. Deste processo, fundado por sua vez sobre a concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político, [...] nascem os traços essenciais de uma nova ordem política: precisamente o Estado moderno. (SCHIERA, 1998, p. 425-426).

Em outras palavras, o Estado moderno surge como um novo tipo de organização política responsável pelo controle absoluto (a soberania) sob um território específico, com legitimação garantida pelos acordos de Westphalia (1648). Grovogui (2002) critica os teóricos e analistas que se baseiam em variações do Estado moderno para definir o sistema africano, afirmando que, em momento algum, tem-se uniformidade no modo como a soberania se apresenta nas diferentes unidades políticas do continente. Sendo assim, a tentativa de aplicação desses modelos serve, tão somente, para criar a imagem de incapacidade dos Estados africanos em assumirem seu papel soberano tanto no âmbito interno quanto externo.

Com base na afirmação de Döpcke (1999, p. 80) de que os Estados africanos pré-coloniais possuíam “uma espécie de soberania graduada, sendo absoluta no centro do Estado e ficando mais fraca na periferia” e, considerando a influência de fatores históricos na formação e execução da soberania desses Estados, faz-se uso da conceituação de Grovogui (2001). Desse modo, entende-se a soberania como um instrumento de governança que visa alterar uma ordem moral existente, essa baseada na construção da identidade e das subjetividades de determinado local. Sendo assim, a soberania é construída a partir de acontecimentos históricos, dependentes do comportamento das elites, dos modos de governo, dos

governantes, da presença e uso de recursos estratégicos e econômicos, entre outros fatores. De encontro a isso, o autor argumenta que

[...] o regime de soberania implantado na África não envolve uma noção de moralidade diferente da aplicada nos Estados europeus. Ele simplesmente estabeleceu um nível de solicitude moral distinto, em consonância com aspirações históricas e desejos que afetam modos específicos de identidades, subjetividades e modalidades correspondentes à representação de valores e interesses.⁵ (GROVOGUI, 2001, p. 31, tradução nossa).

Assim como a soberania, o entendimento acerca do Estado na África se dá conforme as especificidades do continente e do sistema à que este foi inserido. Com base nisso, Clapham (1996a) afirma que, além da criação recente, os Estados africanos, na maioria dos casos, originam-se a partir de ações internacionais decorrentes do colonialismo e suas fronteiras atuais correspondem a esse processo. A partir disto, o autor desenvolve as seguintes considerações sobre o conceito de Estado aplicado ao caso africano:

A maneira final de definir Estado é, nas palavras de Northedge, como uma ‘associação territorial de pessoas reconhecida por motivos jurídicos e diplomáticos como membro legalmente igual do sistema de Estados’. Apesar de um Estado ter a capacidade de controlar seu território e de conquistar o reconhecimento de sua população, tais características não são necessárias para a participação de transações internacionais às quais, no mundo interdependente moderno, grande parte do Sistema de Estados está inserido. Na prática, isso também pode ser central na capacidade dos Estados de controlar seus próprios territórios.⁶ (CLAPHAM, 1996a, p. 11, tradução nossa).

Apesar do reconhecimento internacional, esses Estados enfrentam uma série de dilemas para manter sua sobrevivência, não raro os casos onde os governantes utilizam-se das capacidades estatais para manter-se no poder. Quanto a isso, uma das práticas adotada por esses governos é a de promover o fortalecimento dos aparatos estatais e da posição destes no sistema internacional. É importante ressaltar ainda que nem todo o líder africano tem na busca pela manutenção do poder o objetivo central de suas ações. Entretanto, considerando

5 No original: “[...] the regime of sovereignty implemented in Africa did not involve a different morality than that which applied to European powers. It is simply established a distinct degree of moral solicitation consistent with historical wills and desires which effected specific modes of identities and subjectivity and corresponding modalities of allocation of values and interests.”

6 No original: “The final way of defining a state is, in Northedge’s words, as ‘a territorial association of people recognized for purposes of law and diplomacy as a legally equal member of the system of states’. Though a state may be able to control its territory, and even to achieve the loyalty of its population, it none the less needs this recognition in order to participate in the international transactions in which, in the modern interdependent world, a very large part of statehood consists. It may also, in practice, be central to the ability of states to control their own territories.”

clivagens internas e demais desafios à governança, a mesma torna-se fundamental para a busca de qualquer outro. Desse modo, **faz-se uso de alianças internacionais para fortalecer posições políticas domésticas, sendo que**

[...] **quanto mais fraco o Estado, em termos de tamanho e capacidades, o seu nível de controle físico sobre a população e território e sua capacidade ou incapacidade de implementar uma ideia de Estado compartilhada pela população, maior será a necessidade de conseguir apoio e reconhecimento externo.**⁷ (CLAPHAM, 1996a, p. 11, tradução nossa).

Ademais, deve ser levada em conta a importância de fatores sociais e identitários na formação dos Estados e no modo como estes se relacionam com o mundo exterior, bem como, os métodos utilizados no processo de criação desses Estados e a ênfase dada às relações exteriores, especialmente no âmbito econômico. Por fim, Clapham (1996a) ressalta que o modo como essas unidades políticas se relacionam com os demais membros do sistema internacional tem de ser levado em consideração na análise, afinal, a ação dos líderes africanos, independente da influência externa, é um fator determinante para esse processo.

Considerando esses fatores, faz-se necessário explicar sobre o conceito de política externa e sua aplicação nos Estados africanos. Segundo Wilhelmy (1988 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 05), política externa é “o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados”. No caso africano é preciso considerar os impactos da liderança frente ao Estado, sendo sua política externa, na maioria das vezes, dependente desta. Nesse sentido, reitera-se que a política externa dos Estados africanos é centrada no Presidente e demais membros do Executivo, não somente pelo prestígio e privilégios que dela derivam, mas devido à necessidade de apoio externo, tanto para o Governo quanto para o Estado em si (CLAPHAM, 1996b).

Outra característica marcante da política externa africana é a mescla desta com a doméstica, sendo, por diversas vezes, a atuação externa central para a manutenção da situação doméstica. Por vezes, governantes se alinham aos interesses de grandes potências a fim de garantir sua legitimidade e conquistar os meios de controlar levantes internos. Além disso,

A política externa que os Estados africanos adotaram após suas independências dependeram, basicamente, da extensão em que suas ideias de Estado foram

⁷ No original: “[...] the weaker the state, in terms of its size and capabilities, its level of physical control over its people and territory, and its ability or inability to embody an idea of the state shared by its people, the greater the extent to which it will need to call on external recognition and support.”.

compartilhadas, primeiro entre suas respectivas populações depois, entre seus vizinhos e os outros Estados africanos como um todo e, por último, entre os Estados dominantes do sistema internacional. Qualquer desafio a isto, seja ele interno ou externo, por sua vez, definiu o tipo de ameaça enfrentada pelos líderes e as opções disponíveis para contê-las.⁸ (CLAPHAM, 1996b, p. 45-46).

Considerando a situação econômica de grande parte destes Estados africanos após a independência, seja pela falta de profissionais qualificados, pelo baixo nível de industrialização ou pelos efeitos das crises internacionais, especialmente àquela dos anos 1990, com o “afropessimismo”, o apoio internacional, além da já mencionada importância política, torna-se fundamental para o suporte econômico. Quanto maior a confiança internacional de credores e investidores, mais investimentos são direcionados para esses territórios, seja ele de empresas ou de apoio para o desenvolvimento.

A partir disso, entende-se que a República Centro Africana, além de ser um Estado periférico dentro do sistema mundial, se enquadra no contexto de entidades nacionais que enfrentam uma série de problemas após a independência, especialmente referentes à estruturação política e estabilidade doméstica. Conforme o conceito de soberania apresentado, é costume dizer que o controle efetivo do Estado centro africano para há 12 km da capital, Bangui e vai enfraquecendo cada vez mais conforme a distância (KAH, 2016). Do mesmo modo, é evidente a relação entre as alianças externas e a manutenção do poder no país, exemplo disso, são os subsequentes golpes de Estado, que, não raro, sucedem a perda de apoio internacional do governo, como no caso de Jean-Bedél Bokassa, retirado do poder em 1979, e François Bozizé, deposto em 2013.

⁸ No original: “The foreign policies which African states followed after independence therefore depended most basically on the extent to which their ideas of the state were shared, firstly among their own populations, secondly with their neighbours and African states as a whole, and finally with the dominant states of international system. Any challenge to those ideas, either domestic or external, in turn defined the threats which rulers faced, and the options open to them in attempting to counter them.”

2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES FRANÇA-ÁFRICA FRANCÓFONA

O século XIX foi marcado pela competição entre Grã-Bretanha e França por territórios e a busca pelo aumento de seus respectivos fluxos comerciais, tanto na África quanto na Indochina e Oriente Médio (AJAYI, 2010). O aumento da penetração europeia no continente africano acarretou na convocação, por iniciativa de Otto von Bismarck, chanceler da Alemanha, da Conferência de Berlim. A Conferência foi realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de novembro de 1885, na cidade de Berlim, com o intuito de resolver divergências causadas pela presença de potências europeias na região atual da República Democrática do Congo, na época, pertencente ao reino de Leopoldo II, monarca da Bélgica. Além disso, foi discutido o direito de livre navegação dos rios Congo, Níger e seus afluentes. No decorrer do encontro, por iniciativa franco-alemã, formulou-se o conceito de “ocupação efetiva” para as futuras reivindicações de controle colonial na costa africana (DÖPCKE, 1999). Uzoigwe (2010) relata ainda que,

Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informá-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. (UZOIGWE, 2010, p. 33).

A partir dessas alterações na conjuntura da época, diversos acordos foram firmados entre as potências europeias para a legitimação da dominação colonial. Uma série de compromissos similares já havia sido estabelecida com as autoridades africanas, esses acordos eram de cunho comercial ou político e, em geral, serviam como garantia de proteção da potência ao território em questão e do compromisso, por parte das elites locais, em não assinar acordos com os demais europeus (DÖPCKE, 1999; UZOIGWE, 2010).

Quanto à França, é interessante notar que o Estado europeu mantinha relações político-econômicas com o continente africano desde o século XVII. Todavia, os primeiros avanços coloniais foram realizados no início do século XIX com a criação de um entreposto militar na Senegâmbia ⁹, em 1815, e, posteriormente, em Libreville, no Gabão, em 1830. Após as primeiras expedições militares na Argélia, em 1830, teve início o que Judge (2005) caracteriza como o segundo momento nas relações entre Paris e a África, marcado pelas investidas militares e aproximação política entre as partes. Nesse período, a maioria das

⁹ Área que englobava os atuais territórios do Senegal e da Gâmbia.

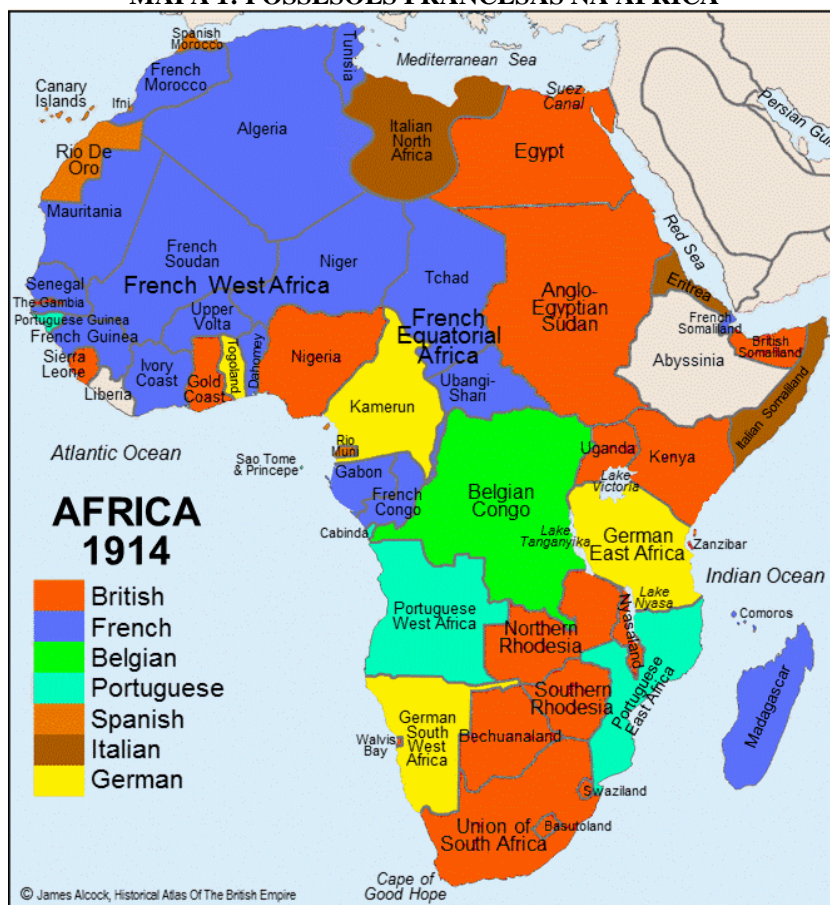
possessões francesas na África foi dividida em duas federações, a África Equatorial e Ocidental Francesa, implantando políticas administrativas específicas nos demais territórios, como Madagascar e Argélia, por exemplo. O sistema de federações perdurou até 1958, quando os territórios além-mar, com exceção da Guiné, votam a favor da Comunidade Francesa. Para esses Estados, a independência foi concedida em 1960.

A concessão de independência é um marco nas relações entre França e África, pois, a partir dela a estratégia político-diplomática da antiga metrópole passa a visar à manutenção de privilégios da época colonial, como a autoridade acerca de assuntos securitários e favorecimento em acordos comerciais, em detrimento de outros países como os Estados Unidos, por exemplo. Os laços estabelecidos durante o processo transitório à independência africana, especialmente com as elites locais, muito em função da formação acadêmica das mesmas, efetuada em universidades francesas, e do contato com partidos políticos europeus, são fundamentais para concretização dessa estratégia.

2.1 Colonização Europeia

A França foi responsável pelo segundo maior império colonial do século XIX no continente africano, sendo sua extensão de aproximadamente 9 milhões de km², atrás apenas das possessões britânicas (RIBEIRO, 2007). Os territórios encontravam-se divididos em duas grandes federações, nomeadamente, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, ilustradas no Mapa 1. A primeira, fundada em 1895, tinha Dakar (Senegal) como sede do governo geral e era composta pelos atuais territórios do Senegal, Mali, Mauritânia, Burkina-Faso, Guiné, Costa do Marfim, Níger e Benin. Enquanto isso, a segunda foi instituída em 1910 e tinha Brazzaville como governo geral, abarcando os atuais Estados do Chade, República Centro Africana, Gabão e República do Congo (JUDGE, 2005).

MAPA 1: POSSEÇÕES FRANCESAS NA ÁFRICA



Fonte: ALCOCK, 2016, s/p.

Após a Conferência de Berlim (1884-85), a utilização de acordos para iniciar a anexação de territórios ou para instituir protetorados torna-se uma prática comum, estes podiam ser firmados entre duas potências europeias ou entre a potência e a administração local. No que se refere ao último, Uzoigwe (2010) confere a estas alianças três principais motivações, afirmando que

Em certos casos, [os líderes africanos] aspiravam estabelecer relações com os europeus na esperança de tirar daí vantagens políticas relativamente aos seus vizinhos. Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania. Este último também podia desejar um tratado, contando utilizá-la para manter em obediência os súditos recalcitrantes. Por fim, certos Estados africanos imaginavam que, celebrando um tratado com um país europeu, salvaguardariam a independência ameaçada por outras nações europeias. (UZOIGWE, 2010, p. 36).

Em razão do aprofundamento da colonização e da resistência dos povos africanos a esta, foram criadas diversas expedições e ofensivas militares para adquirir controle total sobre

os territórios. No caso da África Ocidental Francesa¹⁰, os tratados com autoridades locais não foram utilizados em grande medida sendo, na maioria das vezes utilizada a força militar para a conquista das possessões. Em suma, essa região apresentava maior resistência e recusa em formar alianças com a potência europeia, fato que se explica, em parte, pela influência islâmica nos reinos e clãs locais (GUEYE; BOAHEN, 2010). Gueye e Boahen (2010) ressaltam ainda que, no tocante ao relacionamento com os colonizadores, três opções eram apresentadas aos dirigentes locais: a aliança, a submissão ou o confronto. Em vistas de salvaguardar sua independência política, a última opção foi a mais escolhida, acarretando em conflitos marcados pela supremacia bélica europeia em razão da africana (MAZRUI, 2010).

No que tange à administração das colônias no decorrer do jugo europeu, de acordo com Diop *et al* (2010),

O sistema colonial francês estava fundado em uma administração centralizada e direta; um governador-geral, representante do ministro das colônias, estava na direção de cada agrupamento de territórios; [...]. Durante boa parte da década, os governadores-gerais e os alto-comissários governariam por decreto, tomados por sua conta própria ou procedentes dos decretos de autoridades governamentais francesas; eles eram assistidos por um Conselho de Governo de papel puramente consultivo. (DIOP *et al*, 2010, p. 70).

De modo geral, a França utilizava-se de políticas de assimilação e associação em suas possessões. A primeira consistia na prática de reorganizar os territórios ocupados aos moldes da sociedade francesa e a segunda baseava-se no reconhecimento de que ambos locais possuem culturas diferentes e que a organização política deveria respeitar tais particularidades. Com relação aos métodos de associação, amplamente utilizados a partir de 1890, Judge (2005) relata que a aplicação se dá de maneira subjetiva, estando à mercê da orientação pessoal e profissional dos administradores franceses. Não raras vezes, a associação e respeito pela estrutura política local serviam como meio de garantir privilégios às elites africanas e manter a população subordinada de maneira menos conflituosa. Ademais, essa aproximação com a elite local levaria, de certa maneira, à assimilação. A educação foi um fator determinante nesse sentido, tendo em vista que, a partir de 1883 foi determinado, apesar da utilização do modelo educacional aplicado na França, que o ensino nas colônias só poderia ser realizado em francês, contribuindo para a assimilação, não só da elite, mas também do restante da população nas federações. A utilização da estrutura administrativa para benefícios

¹⁰ É necessário ressaltar que a África Ocidental Francesa retratada pelos autores GUEYE e BOAHEN (2010) abrange os territórios entre o Senegal e o Chade, tal divisão remete à época anterior a criação da África Equatorial Francesa. Além disso, até 1920, os territórios onde hoje se encontram o Chade e a República Centro Africana eram designados como um só, sob o nome de Ubangi-Shari-Chade (VISENTINI, 2012).

personais teve impactos profundos no modo de administração das colônias, como é descrito por Mabeko-Tali (2013):

[...] os vícios estruturais deste sistema laboral repousavam em vários pilares de incentivo individual, tal como a promoção laboral e estatutária através de bônus prometidos aos funcionários e recrutadores europeus ao serviço das companhias privadas operando nas colônias. Concomitantemente, a corrida para o aumento da produtividade, e portando dos lucros, acrescia o ciclo de violência (MABEKO-TALI, 2013, p. 751).

Referente a isso, Forje (2005 *apud* KAH, 2016) afirma que a política de assimilação era tida como uma traição à soberania nacional pelos povos africanos, corroborada pela situação de privilégio pessoal das elites. Reflexos dessas práticas são percebidos ainda hoje nas antigas colônias, com a utilização do poder para o favorecimento pessoal, transformação do Estado em propriedade privada, a etnicização do poder e a criação de políticas excludentes. Quanto ao sistema legal, as colônias eram geridas, até o fim dos anos 1940, pelo *Indigénat*. Estabelecido primeiramente na Argélia, em 1881, o mesmo consistia na adoção de medidas jurídicas com base no *status* de cidadão e sujeito conferido àqueles dentro do Império francês. No geral, o *Indigénat* servia para que o alto escalão da política colonial (comandantes e governadores gerais) aplicasse punições aos sujeitos colonizados quando e como quisessem. Além de ambíguo, ele transferia elevado poder de decisão e coerção às autoridades coloniais, servindo como instrumento de legitimação das ações francesas e contra quem se opuser a elas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas africanos clamaram, dentre outras coisas, pelo fim desse sistema (MANN, 2009).

Apresentava-se como objetivo central da França a obtenção de ganhos econômicos com as colônias, evitando maiores custos para a metrópole. Dessa forma, criaram-se meios para que as mesmas se autofinanciassem; a criação de um sistema tributário no início do século XX, citada anteriormente, era exemplo dessa prática. Em razão disso, os investimentos realizados nas federações estavam diretamente ligados aos ganhos que podem proporcionar às atividades econômicas. Obras de infraestrutura eram realizadas na África Ocidental Francesa desde o início da colonização como, por exemplo, a construção de estradas, ferrovias e portos, para facilitar o comércio e a exportação de matérias-primas, favorecendo o desenvolvimento da região. Inversamente, na África Equatorial Francesa esse tipo de investimento foi negligenciado até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo realizados esforços para a modernização do setor agrícola e expedições para buscar novas fontes recursos minerais, como o petróleo (COWAN, 1953).

A relação comercial entre a África e a Europa teve início séculos antes da colonização, todavia, ela se modificava conforme as mudanças no sistema mundial, por fim, se adequando e inserindo dentro do modelo capitalista. Dentro do contexto de busca por novos mercados consumidores e fontes alternativas de matéria-prima, a África tornou-se alvo de maior interesse europeu (LESSA, 2005). Desse modo, as colônias foram inseridas em um sistema de pagamento de impostos e trabalho assalariado, sendo, por vezes, submetidas a trabalhos forçados para pagar suas dívidas com a metrópole. Somado a isso, terras foram expropriadas e transferidas para o controle de colonos europeus (VISENTINI, 2011).

Com a abolição do tráfico de escravos, em 1848, como consequência da pressão britânica, os franceses investiram na monocultura de bens primários em suas colônias e, posteriormente, na extração de minérios (RODNEY, 2010). Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorreu o aprofundamento da dominação econômica colonial, exacerbando as diferenças entre a África Equatorial e Ocidental Francesa. No caso da primeira, os investimentos em infraestrutura eram reduzidos e a população enviada para trabalhar em obras e plantações de cacau na África Ocidental. Já a segunda, era vista como maior potencial de ganho em produtos agrícolas e minérios, tendo elevado investimento em infraestrutura e comércio, aos povos dessa federação é permitida pequena participação política, pois, tendo em vista o histórico de assimilação, são vistos como “mais civilizados” em comparação com os demais territórios. Ademais, na África Equatorial, o governo francês firmou contratos com empresas concessionárias ¹¹, tornando-as responsáveis pela quase totalidade das atividades econômicas na região. Além da expropriação de terras em favor dessas companhias, os africanos eram submetidos a trabalhos forçados e salários extremamente baixos. No que se refere à África Ocidental, a estrutura econômica e infraestrutura local eram voltadas para a exportação, especialmente de cacau e algodão. Os investimentos realizados na região vão de encontro a isso, visando ampliar os rendimentos com esses produtos e favorecer sua redistribuição (COQUERY-VIDROVITCH, 2010; MABEKO-TALI, 2013; M'BOKOLO, 2010).

É necessário ressaltar que os salários passavam por diferenciações raciais. Além disso, eram inferiores aos preços de alimentos e bens de consumo e as condições de trabalho se assimilam à época da escravidão. Na África Equatorial Francesa, essas condições eram ainda piores, sendo a federação negligenciada pela metrópole no que tange investimentos em

¹¹ No geral, essas empresas atuam na extração de recursos naturais, como diamante, cobre e urânio. O governo francês utiliza-se de garantias securitárias e, por vezes, de acordos políticos para atrair essas empresas para a África.

infraestrutura e no âmbito social. As lutas dos trabalhadores por melhores condições, assim como os movimentos políticos pró-autonomia africana, não tinham o mesmo efeito em ambas as federações, sendo a população da África Equatorial vista pelos colonos europeus como menos civilizada, ignorante e preguiçosa (M'BOKOLO, 2010).

2.2 África Francófona nos Conflitos Mundiais

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve impacto direto no modo de vida africano e na relação do continente com os colonizadores. Como consequência do conflito, grande parte dos europeus foi chamada a juntar-se às unidades de batalha, deixando os territórios carentes de agentes para desempenhar as funções administrativas e comerciais que os mesmos ocupavam (CROWDER, 2010). Ainda segundo o autor,

O resultado desse êxodo foi o declínio, quando não a completa paralisação de inúmeros serviços essenciais anteriormente a cargo dos europeus. Em certos casos, como no Senegal, africanos foram especialmente treinados para ocupar as funções vagas. (CROWDER, 2010, p. 328).

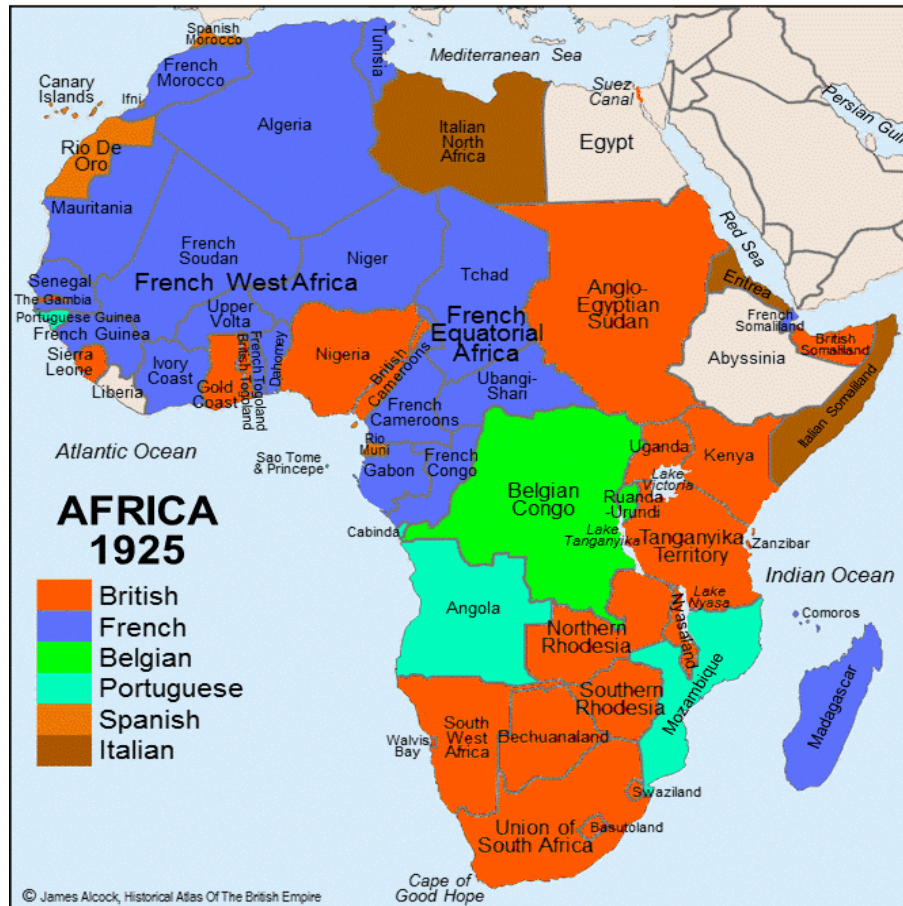
Nesse período, a demanda por mão de obra tornou-se altíssima e, com isso, os africanos passaram a ser recrutados para serviços diversos. Estima-se que aproximadamente dois milhões e meio de pessoas - o equivalente a 1% da população do continente -, tenham sido recrutadas como soldados, carregadores e trabalhadores (PIRES; FOGARTY, 2014). A migração de africanos para a França, particularmente de argelinos, teve início nesse período, muito em função da necessidade de mão-de-obra para a indústria nacional. Em determinados casos, os soldados eram recrutados de maneira voluntária; no Senegal, por exemplo, os cidadãos logravam trocar o serviço militar pela cidadania francesa. Todavia, em sua maioria, o alistamento dos jovens ocorria a fim de cumprir o serviço militar obrigatório, fazendo com que muitos migrem para territórios vizinhos (COQUERY-VIDROVITCH, 2008). Os líderes locais encarregavam-se da organização desses recrutamentos. A respeito disso, é importante salientar que, de maneira semelhante ao início do período colonial, castigos e humilhações públicas eram inferidas aos chefes africanos que não atingissem as metas estipuladas pela metrópole. Tal prática fazia parte de uma estratégia de desmoralização das autoridades locais para que seu poder político venha a ruir, quando assim era conveniente (MABEKO-TALI, 2013). O temor de represálias acarretava na adoção de medidas drásticas pelos mesmos, como Crowder (2010) ressalta no trecho abaixo:

Comprometidos a fornecer um determinado contingente de recrutas, os chefes apoderavam-se de estrangeiros e de antigos escravos para não entregar seus filhos ou pais. Como não existiam registros de nascimento, muitos dos recrutados ou já tinham passado da idade para o serviço militar ou ainda não a haviam atingido. (CROWDER, 2010, p. 333).

O elevado número de pessoas deslocadas e recrutadas impactou diretamente a economia das colônias, especialmente em locais anteriormente pouco povoados. A demanda francesa por artigos alimentícios se elevou, fazendo com que muitas mulheres assumissem o lugar dos homens na produção agrícola, todavia, isso não impediu a queda nos rendimentos com relação ao período anterior à guerra (COQUERY-VIDROVITCH, 2008; PIRES; FOGARTY, 2014). Houve também a redução na oferta de produtos importados e o recorrente aumento no preço destes. O êxodo europeu prejudicou igualmente a ação das empresas francesas na África, reduzindo sua capacidade de produção e abrindo espaço para comerciantes britânicos (CROWDER, 2010).

Ademais, como resultado da guerra, ocorreu o aumento das possessões francesas com o controle sobre os territórios alemães do Togo e Camarões, como mostra o Mapa 2. Em 1919, a Sociedade das Nações (SDN) transferiu a responsabilidade sobre a administração das possessões alemãs na África à França e Grã-Bretanha por meio de mandatos, supervisionados pela organização. Vale ressaltar que o território camaronês foi administrado pela França até 1911 e cedido à Alemanha em troca do apoio do país ao controle francês no Marrocos. Ambos os territórios foram integrados às federações africanas, embora sua administração não fosse exatamente igual, devido ao teor legal diferenciado dos mandatos (COOPER, 2014; COQUERY-VIDROVITCH, 2008).

MAPA 2: DIVISÃO DA ÁFRICA APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



Fonte: ALCOCK, 2016, s/d.

A repressão, os problemas econômicos e o êxodo europeu fomentaram revoltas em praticamente todas as colônias francesas, sendo algumas exitosas, como em Daomé (atual Benin), que permaneceu livre do jugo francês por cerca de um ano, e outras combatidas com forte repressão (o caso do Níger, onde o levante dos Sanusi foi derrotado por tropas franco-britânicas). De qualquer modo, a resposta da metrópole a esses conflitos mostra-se extremamente violenta. Segundo Crowder (2010),

Os “rebeldes” eram compulsoriamente alistados no exército, chicoteados ou até enforcados; os chefes, exilados ou presos; as aldeias, arrasadas como advertência. A resistência nem sempre era violenta, no entanto. Muita gente esquivou-se dos motivos de queixa emigrando, por exemplo. (CROWDER, 2010, p. 339).

No que tange ao período entre guerras, é interessante destacar o modo como à crise de 1929 se manifestou na África. Tal conjuntura foi marcada pela queda na demanda e nos preços dos produtos primários, fazendo com que as colônias não conseguissem se auto sustentar. Vale lembrar que a França havia instituído a partir de 1900 um sistema onde os

territórios conquistados tinham de arcar com os custos da sua manutenção, tornando mínimos os gastos da metrópole com os mesmos (FINANCE LAW, 1990 *apud* CHAFER, 2002). Dessa forma, os líderes africanos aumentaram impostos e reduziram despesas, principalmente na área da educação (CHAFER, 2002). Todavia, o que chama atenção neste período, é o modo como às potências utilizaram-se das colônias para atenuar os efeitos da crise em seus Estados. Coquery-Vidrovitch (2010) relata que os produtos primários são absorvidos pelas potências europeias enquanto artigos com menor saída, cujos setores haviam sido mais afetados pela crise, são repassados às colônias.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) teve impacto ainda maior no continente africano, em especial nas colônias francesas, tendo em vista o regime fascista de Vichy ¹² (1940-1944) e o agravamento da situação precária deixada pela Primeira Guerra. Diop *et al* (2010, p. 69) classifica o conflito mundial como “catalisador de uma radical transformação” e descreve o período entre 1935 e 1945 como o início da decadência do colonialismo. Com a deflagração do novo conflito, se elevaram as demandas por alimentos e matérias-primas. Nesse período, os africanos foram forçados a entregar grande parte de sua produção de cereais à França. Além disso, o sistema de alistamento obrigatório foi novamente estabelecido no continente. A situação política francesa interferiu diretamente no modo de vida das possessões africanas, especialmente na África Equatorial Francesa, deixando-as praticamente isoladas, tendo de recorrer a mercados clandestinos para adquirir bens manufaturados. De encontro a isso, cresceram tanto na Europa quanto na África movimentos anticoloniais ¹³ e a contestação da manutenção das colônias se do montante gasto para tal se propagou com o cenário de guerra (COQUERY-VIDROVITCH, 2010). Nesse sentido, ocorreu o aumento de movimentações nacionais em busca de maior autonomia política para os territórios africanos. Chafer (2002) ressalta que

[...] a prioridade para a maioria dos africanos no final das grandes guerras não era a independência política, mas a melhora de sua situação. Para as massas rurais, as preocupações imediatas eram o fim do trabalho escravo, das taxações abusivas e

¹² Com a invasão da Alemanha nazista à França, criou-se um governo que atendia aos interesses alemães. Durante esse período, tanto a França quanto suas colônias, foram divididas entre as áreas controladas por Vichy (pró-nazistas) e a resistência em prol da França Livre, controlada pelo General De Gaulle. Na África, um dos marcos desse movimento ocorreu na África Equatorial Francesa, onde os líderes e a população se uniram ao General na luta contra o nazismo.

¹³ A contínua crise econômica e o êxodo rural, promovido pelas autoridades coloniais, devido à falta de mão de obra nas cidades influenciaram no crescimento dos movimentos anticoloniais. Todavia, têm-se como principal motivador do mesmo, o sistema de recrutamento obrigatório e as medidas aplicadas pelos chefes locais para conseguir o número exigido de tropas (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010).

punições arbitrárias aplicadas pelo *indigénat*, além da elevação do nível de vida.
¹⁴(CHAFFER, 2002, p. 93, tradução nossa).

Concomitantemente, ressurgiram os movimentos de resistência e ocorreu à deterioração do poder tradicional local, na tentativa de conter esse processo, muitas famílias são destituídas de seus cargos e encarceradas. Todavia, a organização política africana neste período foi maior, dificultando a reação metropolitana. Ao fim da década de 1930 foram criados os primeiros sindicatos e greves são organizadas para reivindicar o fim das políticas racistas e a igualdade de direitos na África Ocidental (DIOP *et al*, 2010). Observa-se nessa época o que Mazrui (2010) chama de renascimento do nacionalismo, segundo o autor

Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. (MAZRUI, 2010, p.126).

A participação africana na Segunda Guerra Mundial contribuiu para a articulação e o empoderamento político da população. Quando foi instaurado, na França, o regime de Vichy, em 1940, as federações foram diretamente afetadas. A África Equatorial Francesa se posicionou a favor da França Livre e declarou seu apoio ao General Charles de Gaulle, participando ativamente da luta contra o nazismo na metrópole. É importante ressaltar que o envolvimento na guerra e todas as consequências sociais desse processo, exacerbadas pelo êxodo rural, afetaram o poder colonial e local. O poder dos *canton chiefs* vai, aos poucos, deteriorando-se e cresce entre os africanos o repúdio à administração colonial (DIOP *et al*, 2010; M'BOKOLO, 2010).

Apesar de serem formados e liderados em grande parte pelas elites urbanas e pela “pequena-burguesia” africana, à época, em vias de desenvolvimento (M'BOKOLO, 2010), nesse período, os movimentos de libertação passaram a englobar as demais camadas sociais. Os esforços da guerra enfraqueceram as potências imperialistas, principalmente a França, favorecendo não só a resistência africana como também a organização da mesma, tendo em vista a percepção da conjuntura de instabilidade interna da metrópole pela população

¹⁴ No original: “[...] the priority for most africans at the end of the war was not therefore political independence, but an improvement in their lot. For the rural masses, their immediate concerns were an end to forced labour, abusive taxation and the often arbitrary punishments meted out under the *indigénat*, and the improvement in their standard of living.”.

(MAZRUI, 2010). Por fim, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 contribuiu para o processo de descolonização que ocorreria nos anos seguintes.

2.3 Processo de Descolonização

Em 1940, a França foi invadida pela Alemanha e até 1944 instaurou-se o Regime de Vichy. Nesse período, houve o choque entre Vichy e a França Livre, liderada pelo General De Gaulle. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial no país foram devastadores, não só no sentido estrutural. A economia entrou em crise, ocorreram problemas com o abastecimento de energia, com a oferta de alimentos, o poder político e o prestígio francês são postos em dúvida, além do enfraquecimento do controle colonial. Com o fim da guerra, De Gaulle assumiu o governo provisório (1944-1946) e, a partir disso, tentou reestruturar o Estado. Devido à frágil situação econômica, diversas empresas foram nacionalizadas e a demanda por bens advindos das colônias aumentou, a fim de suprir as carências energética e alimentícia da metrópole. Percebe-se aqui também, maior empenho e investimento na busca por fontes minérios, em especial urânio, a serem explorados nas federações (HANLEY *et al*, 2005).

Enfraquecida com os esforços da guerra, a administração colonial teve a percepção de que não seria capaz de restaurar a autoridade nos territórios além-mar sem a realização de reformas. Ademais, os Estados Unidos, fortalecidos como potência mundial após o término do conflito, iniciaram uma pressão internacional para o fim do colonialismo. Muitas medidas tomadas pelos Estados colonizadores na época tinham como intuito reduzir a pressão a favor da descolonização e os questionamentos sobre as condições de vida nas colônias (CROWDER, 2008). A primeira ação francesa consistiu na realização da Conferência de Brazzaville, em 1944. Nela estavam presentes os Governadores Gerais das federações, demais oficiais das colônias e, como observadores, nove membros da Assembleia Consultiva Provisória argelina (CHAFER, 2002). É fundamental atentar-se ao caráter da Conferência, quando a França busca salvaguardar seus domínios na África. O aumento da projeção internacional dos Estados Unidos e o crescimento dos movimentos anticoloniais, dentro e fora do continente, preocupavam a metrópole, sendo necessário realizar mudanças a fim de manter a dominação nesses territórios (DIOP *et al*, 2010). Como resultado da mesma, apresentaram-se a criação de uma Assembleia Federal no âmbito das federações, recomendações gerais acerca das reformas administrativas a serem realizadas e a afirmação de que a França não estava disposta a implementar sistemas de autogoverno em suas possessões africanas (CROWDER, 2008; RIBEIRO, 2007).

A relação entre as colônias e a metrópole sofreu diversas alterações no decorrer desse período, principalmente no âmbito político. O crescente envolvimento de africanos na administração local e o avanço da eleição de representantes para a Primeira Assembleia Constituinte, em outubro de 1945, resultaram na entrada de novos atores no cenário político do continente. A partir disso, ocorreram embates referentes às mudanças a serem implementadas nas federações. Inicialmente, em razão da maior aceitação dos deputados e do chefe do Ministério das Colônias à ideia de promover reformas nas colônias, os representantes dos territórios além-mar utilizaram-se de alianças com partidos políticos franceses e da Assembleia em si para dar visibilidade aos problemas nas federações e exercer pressão no governo francês e nas autoridades coloniais. Todavia, apesar da Conferência e do otimismo que ela trouxe para as elites africanas, observou-se, nesse período, um retrocesso quanto à autonomia política desses territórios, marcado pela relutância das autoridades francesas em implementar as medidas acordadas anteriormente. Apesar da eleição da Assembleia Constituinte, buscava-se controlar a ação dessa elite política a modo que ela se posicione de acordo com os interesses da metrópole, garantindo o *status quo* francês (CHAFER, 2002).

O primeiro projeto de Constituição, apresentado em abril de 1946, foi redigido pela Assembleia Constituinte formada, à época, por elevado número de representantes da esquerda. Abordaram-se questões como a abolição do trabalho escravo nas possessões além-mar, a extensão do título de cidadão aos “sujeitos” das colônias, o fim do *Indigénat* e a ampliação do nível de autonomia política, desagradando não somente a elite francesa e os partidos de direita, como também o próprio De Gaulle (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010). A Constituição foi rejeitada em referendo no mesmo ano, sendo redigida, e posteriormente aprovada, uma segunda proposta, dessa vez com base nas determinações de um parlamento conservador, com maioria de centro-direita (COOPER, 2008). A Constituição de outubro de 1946, marco da IV República, preservou as propostas anteriormente citadas, com exceção à sessão de maior autonomia às colônias, explicitando a inclusão das mesmas na União Francesa (MORGENTHAU; BEHRMAN, 2008).

O aumento da participação e consciência política fez com que as cobranças por autonomia sobre seus próprios assuntos crescessem, sendo concedida somente após a aplicação da *Loi Cadre*, em junho de 1956 (MORGENTHAU; BEHRMAN, 2008). De acordo com Cooper (2014), as autoridades francesas buscavam realizar algumas mudanças a fim de cumprir com as promessas de maior participação política do pós-Segunda Guerra. Além disso, era interessante para a França reduzir os custos com as colônias, sem perder o controle sobre elas. Desse modo, juntamente com a inclusão de africanos nas decisões políticas locais, custos

referentes à manutenção dessa estrutura são repassados a eles. A *Loi Cadre* estabeleceu o sistema de sufrágio universal e delegava autonomia para os Conselhos de Governo ¹⁵, juntamente com a responsabilidade por investimentos sociais e demais serviços considerados “territoriais”, além do pagamento de funcionários locais. A encargo da França encontravam-se os “serviços de Estado”, sendo eles a formulação das políticas financeira, monetária, externa e de defesa, bem como o controle acerca do serviço alfandegário, da polícia, da educação superior, da mídia e dos demais meios de comunicação (CHAFER, 2002; COOPER, 2014).

Ao conferir responsabilidade sobre os “serviços territoriais” aos Conselhos de Governo, a *Loi Cadre* fez com que a Constituição de 1946 entrasse em contradição (CHAFER, 2001). Desse modo, uma nova Constituição foi redigida e aprovada em setembro de 1958, inaugurando a V República. Com isso, De Gaulle propôs a criação de uma Comunidade Francesa, substituindo a já instituída União Francesa, a ser votada em referendo ¹⁶. É importante ressaltar que a votação foi organizada de maneira que cada um dos territórios da federação tivesse seu resultado separado (CHAFER, 2002). Acerca disso, Morgenthau e Behrman (2008) explicam:

O referendo de 28 de setembro de 1958 deu aos territórios africanos a opção de votar ‘não’ para a nova constituição e, portanto, escolher a independência total. O Presidente de Gaulle enfatizou que o ‘não’ significava o fim de todo e qualquer auxílio econômico, tecnológico e administrativo. Votar ‘sim’ significava aceitar o status de República autônoma na Comunidade Francesa e assegurava a continuidade do apoio francês. ¹⁷(MORGENTHAU; BEHRMAN, 2008, p. 623, tradução nossa).

A votação foi organizada em todas as colônias das federações, podendo votar todos os homens e mulheres, acima da idade permitida. Caso aprovada, cada colônia, agora República, teria sua própria constituição, não podendo, evidentemente, abordar questões a encargo da Comunidade, tampouco declarar a independência dos Estados. De responsabilidade da Comunidade Francesa estavam as áreas tidas como essenciais para o bom funcionamento da organização, como, por exemplo, as políticas econômica, monetária e fiscal dos Estados-

¹⁵ Os representantes destes Conselhos foram eleitos em 1957 e todos os territórios das federações possuíam um. Todavia, estas entidades eram regidas pela Constituição de 1946, estando subordinadas a Assembleia Nacional e a presidência da República da França (COOPER, 2014).

¹⁶ Nos casos de Togo e Camarões não foi realizado o referendo, devido ao *status* diferenciado dos territórios. Todavia, ambos faziam parte da Comunidade Francesa.

¹⁷ No original: “The referendum of 28 September 1958 gave African territories the option of voting ‘non’ to the new constitution, and thus of choosing total independence. President de Gaulle emphasized that ‘non’ meant an end to all French economic, technical and administrative aid. To vote ‘oui’ meant accepting the status of an autonomous Republic in the new French Community and being assured of continued French aid.”

membro, além da defesa, relações exteriores, polícia e educação superior (CHAFER, 2002; MORGENTHAU; BEHRMAN, 2008).

A Guiné foi a única colônia a votar “não” no referendo, consagrando sua independência em 2 de outubro de 1958. As consequências da recusa em fazer parte da Comunidade Francesa foram elevadas. Apesar de ter manifestado publicamente o desejo pela manutenção das relações com a antiga metrópole, De Gaulle manteve sua posição anterior e rompeu com o apoio financeiro e político à Conacri. Como consequência iniciou-se, também, o distanciamento dos demais Estados africanos e o subsequente isolamento do país (MORGENTHAU; BEHRMAN, 2008). O restante dos Estados-membros da Comunidade Francesa ¹⁸ conquistou a independência em 1960, com exceção de alguns arquipélagos, ainda considerados departamentos ultramar franceses. Tal fato ocorreu devido à pressão dos movimentos de libertação locais, bem como a conjuntura internacional da época. A crise econômica que atingiu a França após o fim da Segunda Guerra Mundial fez com que a opinião pública questionasse os gastos econômicos com as colônias. Além disso, no decorrer da década de 1950, a Guerra da Argélia e o conflito na Indochina provocaram um desgaste político-financeiro na metrópole. Por fim, o acirramento da Guerra Fria e o crescimento dos movimentos anticoloniais fizeram com que Paris optasse por conduzir o processo de independência de maneira pacífica e favorável à manutenção de relações amigáveis com os novos Estados (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010; CHAFER, 2002).

2.4 Guerra Fria e mudança conjuntural

Antes mesmo da independência da África francófona, a disputa entre as duas superpotências Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se fez presente na região. Segundo Thiam *et al* (2010), a influência do socialismo nas colônias apresentava-se por meio da ligação entre os movimentos políticos locais e o Partido Comunista Francês (PCF) durante o período entre guerras. Todavia, a crise de 1929 e, em sequência, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) atenuaram a presença do Partido Comunista Francês em solo africano, vindo a ser progressivamente recuperada após o fim do conflito. Tanto a os EUA quanto a União Soviética realizavam pressões internacionais a favor do fim do colonialismo, visando à expansão de suas respectivas zonas de influência.

¹⁸ A Comunidade Francesa é composta pelos territórios correspondentes aos seguintes Estados: a Argélia, Benin, Burkina Faso, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, França, Gabão, Guiana Francesa, Madagascar, Mauritânia, Mali, Níger, República Centro Africana, Senegal, além dos arquipélagos de Maurício, Comores, Polinésia Francesa, Nova Caledônia, Martinica, Guadalupe e São Pedro e Miquelão.

Quanto aos Estados Unidos, o contato com a África Francófona esteve relacionado à França e, após a independência, aos acordos firmados por esta com os Estados da região (CHINWEIZU, 2010; THIAM *et al*, 2010). Segundo Schraeder (2000), durante esse período, os Estados francófonos estiveram expostos a uma política externa complementar entre o governo norte-americano e francês, cada um motivado por seus interesses em particular. Todavia, o primeiro agiu com cautela em relação à extensão da ação nesses territórios, causando, por vezes, atritos diplomáticos com o segundo, especialmente no âmbito econômico. É importante ressaltar que o contingente militar metropolitano foi enfraquecido pelas guerras de libertação na Argélia (1954-1962) e na Indochina (1946-1954), sendo o poderio estadunidense utilizado quando necessário (SCHRAEDER, 2000; RENOU, 2002).

Os países do bloco capitalista realizaram uma série de esforços para proteger o continente do socialismo, exemplo disso foi às intervenções francesas ¹⁹, que tinham como objetivo central garantir a manutenção de governos pró-França e, conseqüentemente, pró-Occidente em suas antigas colônias (CHINWEIZU, 2010). É interessante notar que, independente da ligação de líderes e governos com o bloco socialista, a conjuntura da época tornou as intervenções mais toleráveis pela comunidade interacional quando tal ligação era utilizada como justificativa. A relação entre Estados Unidos e França na região era de cooperação e, por vezes, competição. O elevado interesse econômico francês, sendo a África francófona responsável, à época, por cerca de 50% das exportações do país (MARCHAL, s/d *apud* SCHRAEDER, 2000) e o crescente interesse norte-americano pelo continente demandavam cautela e atenção por parte do Estado europeu. No geral, as políticas aplicadas por ambos se complementavam, com exceção da aproximação de Washington com Conacri, tendo o primeiro fornecido apoio financeiro ao governo que sucedeu o regime de Sékou Touré, auxiliando no rompimento do isolacionismo guineense nos primeiros anos de independência (SCHRAEDER, 2000).

No que se refere aos interesses soviéticos, a aproximação com o continente se dava, em grande parte, pelo apoio aos movimentos nacionalistas e a declarada campanha anti-imperialista e anticolonial. Apesar disso, devido ao alto nível de dependência das colônias e, mais tarde dos novos Estados, os mesmos apresentavam dificuldades e receio em assumir

¹⁹ Essas intervenções ocorriam de maneira direta e indireta. O assassinato de líderes nacionalistas, como Sylvanus Olympio (1958-1963), executado durante uma tentativa de golpe de Estado no Togo, em 1963, apresenta-se como intervenção indireta, onde não se pode ligar diretamente a ação francesa ao ocorrido. Já a intervenção francesa na República Centro Africana através da Operação Barracuda para apoiar o Presidente David Dacko em seu golpe no Imperador Bokassa (1965-1979), caracteriza ação direta e pública da antiga metrópole na conjuntura política de suas colônias (SENA, 2012; SIRADAG, 2016).

posicionamentos contrários às antigas metrópoles, considerando o risco de prejudicar os laços econômicos e políticos já estabelecidos, especialmente no caso francês.

Durante a Guerra Fria, a França assumiu frente os líderes africanos uma postura de não alinhamento e defesa dos interesses do continente. Todavia, manteve clara a posição anticomunista, contando com o apoio dos Chefes de Estado das federações. **Após a independência da África Francófona²⁰, percebe-se a tentativa francesa de retomar o controle sobre esses territórios utilizando o combate ao comunismo e a proteção da população como justificativas. Nesse sentido, acordos de defesa e cooperação foram firmados com esses Estados, a fim de propagar influência e controle político similares aos da época colonial. Tais acordos facilitaram a interferência francesa em assuntos domésticos, além de transferir a responsabilidade sobre a defesa e segurança desses territórios, sem o mínimo controle acerca da criação de bases militares e deslocamento de contingentes estrangeiros** (UTLEY, 2002). Outro fator crucial refere-se à criação da Comunidade do Franco (CFA)²¹, em 1947. É importante notar que, devido ao fato do franco CFA estar ligado à moeda francesa, ela detinha o controle acerca de medidas monetárias, como a emissão da moeda, realizada pelo Banco da França (MBABIA, 2014). Ademais, a fim estimular a participação de empresas privadas nos países que adotam tal moeda, a França oferecia incentivos fiscais e garantias securitárias a companhias francesas que atuam na África (RENOU, 2002).

Com o fim do conflito bipolar (1989), a política externa das superpotências e seus respectivos aliados teve de ser reformulada. A partir disso, surgiram novas demandas referentes à liberalização econômica, democratização e redução da presença militar ocidental, não mais justificável no contexto internacional pós-Guerra Fria. Nos anos 1990, devido às baixas taxas de crescimento econômico e ao acirramento dos conflitos internos da época da Guerra Fria, passou-se a perceber um “afropessimismo” com relação ao continente. De encontro a isso, o Genocídio de Ruanda, em 1994, chocou a opinião pública e fez com que as forças externas envolvidas na região, especialmente Estados Unidos e França, tivessem suas políticas questionadas. Houve, ainda, a queda na importância africana no que tangia aos investimentos e à ajuda financeira externa, tendo em vista o empenho europeu e norte-

²⁰ Adota-se o termo África Francófona para designar aqueles países que têm o francês como língua oficial. Nesse caso, utiliza-se para identificar a totalidade de Estados que foram, em algum momento, colonizados pela França.

²¹ CFA é a sigla, em francês, para *Communauté Financière Africaine*. A moeda tem seu valor atrelado ao franco francês até 1999, migrando, posteriormente, ao euro, com conversão garantida pela França. A mesma é utilizada na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), a elas pertencem às antigas colônias da África Ocidental, com exceção da Mauritânia, e Equatorial Francesa, juntamente com Guiné Bissau e Guiné Equatorial (MBABIA, 2014).

americano na reestruturação e recuperação econômica das antigas Repúblicas Socialistas e da própria Rússia (MESFIN, 2008; UTLEY, 2002).

A situação econômica, a opinião pública e os atritos políticos internos fizeram com que o governo francês se esforçasse em reduzir esses problemas sem proferir grandes impactos à sua política africana. Nesse sentido, a utilização de organizações como a União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ocorria com o intuito de diminuir os custos e melhorar a imagem do país, afinal, transferia a responsabilidade pelas ações realizadas. No âmbito militar, a utilização da União Europeia em missões de paz e da oferta de treinamentos as forças da União Africana (UA) foi de encontro ao maior interesse francês na Europa, marco de uma tentativa de recuperação de influência político-econômica a fim de fazer frente ao poderio alemão e da colaboração com a ideia da organização africana de promover missões com contingentes africanos e por entidades locais, evitando maiores intervenções externas (PINHEIRO, 2006; CHAFER, 1996).

Segundo Renou (2002), a França possui três objetivos tradicionais com relação à África, são eles: preservar o *status* e prestígio internacional de potência, mesmo após o fim do império colonial, garantir o acesso a recursos estratégicos, em especial petróleo, gás natural e urânio e a manutenção dos benefícios comerciais decorrentes da relação privilegiada entre as partes. Algumas mudanças realizadas na política francesa depois de 1960 merecem atenção especial, como a tentativa de multilateralização das relações com Estados francófonos, por meio das organizações mencionadas previamente, a inclusão de novos Estados africanos a esse processo e a redução do envolvimento militar (direto) em conflitos. Quanto à diversificação de parcerias estratégicas,

[...] a nova política Africana do governo francês foi concebida à escala continental, ou seja, para além da zona de influência francófona. Paralelamente à nova doutrina oficial de “não-ingerência”, o governo francês procurou ir ao encontro de uma África em início de globalização acompanhado por novos parceiros, anglófonos inclusos, por forma a viabilizar e apoiar iniciativas multilaterais ambiciosas das quais a França, não dispondo sozinha dos recursos suficientes para a sua implementação e posterior execução, pretendeu, no mínimo, avocar a paternidade. (PINHEIRO, 2006, p. 147).

A França se aproxima das ex-colônias portuguesas e britânicas e passa a incluir Estados africanos com elevado crescimento econômico, como Nigéria, Angola e África do Sul em maior número de transações comerciais e iniciativas diplomáticas, como, por exemplo, as Cimeiras África-França, inicialmente exclusivas para países francófonos. Todavia, Paris tratou de fortalecer a aliança com Estados estratégicos francófonos, dentre eles, o Chade e o

Senegal. Por fim, tendo em vista as mudanças realizadas na condução da política externa francesa, que passa a dar prioridade para as relações com a Europa e Estados Unidos, e os altos custos das ações militares, o *Quai d'Orsay*²² promove, gradualmente, a redução do envolvimento militar direto em assuntos africanos. Todavia, a França continua sendo a maior colaboradora, com elevado número de tropas em missões de paz (PINHEIRO, 2006; UTLEY, 2002).

2.5 Considerações finais do capítulo

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os movimentos de resistência africana ganharam força e, diferentemente do século XIX, encontraram uma conjuntura favorável às suas reivindicações. O desgaste decorrente das duas guerras mundiais, somado a fatores como a exploração excessiva de mão-de-obra, situação econômica precária, maior articulação entre as elites locais e ampliação dos movimentos pró-descolonização foram alguns dos eventos que levaram às mudanças na condução da política africana francesa e, posteriormente, à independência. Na década de 1950, a França realizou mudanças na administração colonial e passou a referir-se às colônias como uma extensão do Estado, formando uma “*greater France*” (CHAFER, 2002). O império colonial francês diferenciava-se dos demais pelo modo como os territórios eram controlados, buscando personalizar o contato entre as partes a fim de torná-las mais suscetíveis aos interesses da metrópole. Com o advento das independências, apesar das reformas realizadas, o cerne das relações se manteve.

Nesse sentido, é conveniente retomar a obra de N’Krumah (1967). A ação da França na África pode ser caracterizada como neocolonialista pelo fato de propagar, após a independência, privilégios semelhantes ao período colonial, se eximindo de custos e maiores responsabilidades. O *Quai d'Orsay*, juntamente com o Presidente, adotou ações que agregaram, na maioria das vezes, viés cultural, econômico e político, três dos cinco âmbitos de políticas neocolonialistas citadas pelo autor²³. Renou (2002) ressalta que a ação da antiga metrópole foi responsável por diversos conflitos internos na África, em especial na região Central, onde a mesma interferiu militarmente em favor de governos aliados e até mesmo para proteger a população enquanto levantes armados, ou golpes de Estado, aconteciam. A instabilidade era necessária para a propagação de condições neocoloniais. Do mesmo modo,

²² Como é popularmente chamado o Ministério de Relações Exteriores da França.

²³ N’Krumah (1967, p. 280) relata que as políticas neocoloniais são “sutis e variadas”, podendo envolver as esferas econômica, política, ideológica, religiosa e cultural.

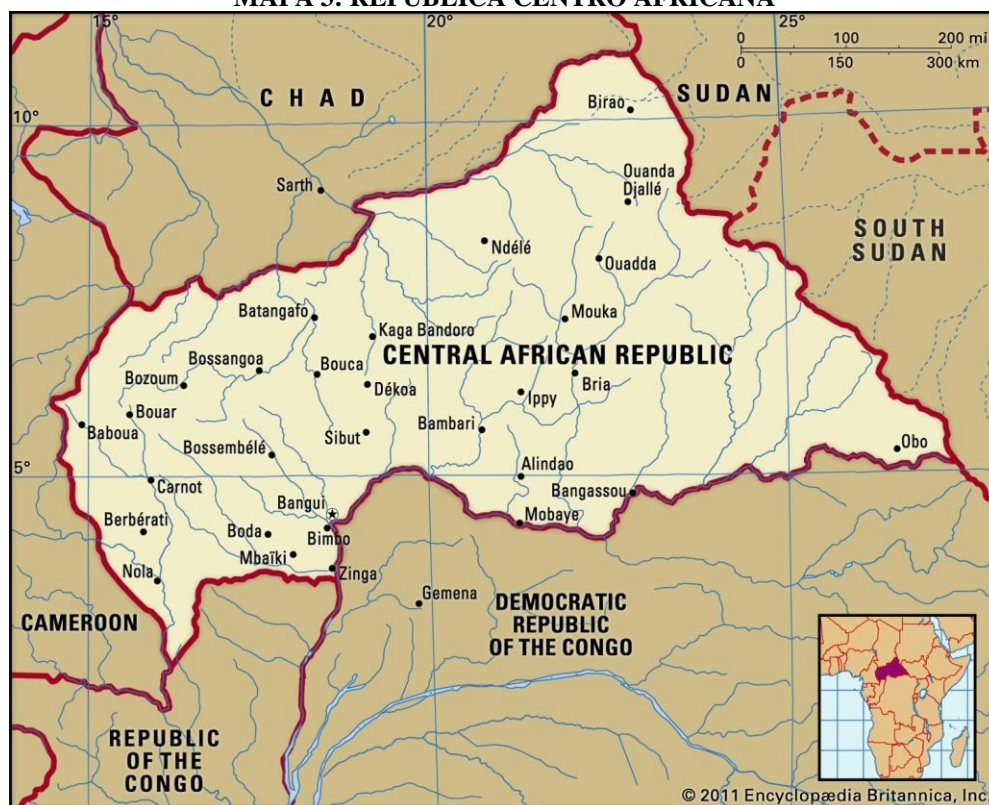
quanto mais democráticos fossemos governos africanos, mais difícil a manutenção das relações especiais com a França.

De encontro a isso, a ação de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, garantia a multilateralização dessas relações, facilitando o acesso às informações e à implantação de planos político-econômicos que interferisse em diversos setores nacionais. Apesar do discurso de promoção do desenvolvimento, essas organizações eram, por vezes, utilizadas em favor de seus doadores. N'Krumah (1967) afirma que, segundo o funcionamento das políticas neocoloniais, após a cessão da independência, coube aos Estados que desejavam manter sua dominação, propagar a ajuda ao desenvolvimento, conforme os meios a ele disponíveis e os interesses no território em questão. Esse apoio, quando orquestrado de maneira eficaz, contribuiu para o aumento das relações privilegiadas, especialmente políticas, e provocou o aprofundamento da dependência econômica, no caso da maioria dos planos do FMI em nações africanas, por exemplo.

3 CASO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (1960-2016)

Localizada no coração da África, a República Centro Africana (RCA) possui 622.948km² de extensão territorial, não tem saída para o mar e é rica em recursos minerais, como urânio, petróleo e diamantes. Seus vizinhos são Camarões, a oeste, com 901 km de fronteira entre ambos; República Democrática do Congo e República do Congo, ao sul, com 1.747e 487 km de fronteira, respectivamente; Sudão, a nordeste, com 174 km; Sudão do Sul, a leste, com 1.055 km; e Chade, ao norte, com 1.556 km. O país tem como idiomas oficiais o francês e o Sango e é politicamente subdividido em 14 prefeituras administrativas, sendo 2 prefeituras econômicas (Nana Grebis e Sangha-Mbaéré) e uma comuna autônoma (Bangui, a capital). Notoriamente, Bangui é a cidade mais desenvolvida, além do fator econômico e comercial, lá se encontram o maior número de escolas, hospitais e estradas. Desde sua independência da França, em 13 de agosto de 1960, a República Centro Africana tem enfrentado diversas crises, sua instabilidade é consequência, principalmente, dos frequentes golpes militares. Somado a isso, deve ser levado em conta o fato de seu território abrigar diversas etnias e religiões, sendo que 25% da população é adepta a prática cristã, 25% à protestante, 15% à muçulmana e 35% a crenças locais. Quanto à divisão étnica do país, os maiores grupos são o Gbaya e o Banda, abrangendo 33% e 27%, respectivamente. Há também o Mandjia, com 13%, o Sara, com 10%, o Mboum, com 7%, M'Baka, com 4% e o Yakoma, com 4%. Demais grupos étnicos somam os 2% restantes da população (KAH, 2016; CIA, 2017).

MAPA 3: REPÚBLICA CENTRO AFRICANA



Fonte: ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2017, s/p.

Com cerca de 5,5 milhões de habitantes possui expectativa de vida de, em média, 50 anos, taxas de alfabetização abaixo dos 40% e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,35, em 2014, ocupando a 184ª posição (penúltima) no ranking. A economia é centrada na agricultura de subsistência e extração de diamantes. O PIB é de US\$ 1,7 bilhão, enquanto o PIB per capita é de US\$ 700, com base em dados de 2016. Os principais parceiros econômicos são: Noruega, China, República do Congo e França (CIA, 2017).

3.1 Contexto histórico

Para compreender a conjuntura atual da República Centro Africana, faz-se necessário analisar a relação da mesma com a antiga metrópole e os vizinhos durante a colonização. No final do século XIX, a área pertencente hoje à República Centro Africana passou a ser colonizada com o intuito de salvaguardar as rotas de comércio que levavam ao Chade, bem como dar início à arrecadação de impostos e garantir as condições necessárias para a extração de borracha e marfim, transformando-os nos principais produtos produzidos pela colônia (WEINSTEIN, 1970). A fim de facilitar a administração, o território foi dividido em distritos (em francês, *circonscription*) e subdivisões. As dificuldades enfrentadas no processo de dominação variavam conforme a etnia e organização política existente nessas subdivisões.

Administrada em conjunto com o Chade até 1920, o território passou a fazer parte da África Equatorial Francesa em 1910 com o nome de Ubangui-Chari-Chad (VISENTINI, 2012). Dentro da África Equatorial Francesa, a colônia obteve o menor índice de investimento em infraestrutura e demais recursos financeiros advindos da França. Em suma, a região servia como fonte de mão-de-obra para serviços nas demais colônias e de escravos para o tráfico (KAH, 2016). Com base na política de associação, implantada nos territórios da África Equatorial Francesa e devido às dificuldades decorrentes da falta de conhecimento do terreno, subdividiram-se funções administrativas dessas colônias entre sultões e *canton chiefs*. Weinstein (1970) ressalta que, para muitos administradores franceses, a principal função desses chefes locais era promover uma relação de proximidade com a população, fazendo com que a mesma aceitasse a dominação externa.

Dentre as funções atribuídas a estes, encontravam-se o recolhimento de impostos, o auxílio no mapeamento da colônia e a prestação de contas, tanto aos administradores franceses em Ubangui-Chari quanto ao Governador Geral da África Equatorial Francesa. É necessário ressaltar que os líderes locais que colaboravam com a metrópole, na maior parte das vezes, eram vistos pela população como traidores, chegando a ser chamados de “negros brancos” (M'BOKOLO, 2010, p. 249). Ademais, em determinadas áreas do país, notoriamente a região central e os arredores de Bangui, a resistência ao controle francês era maior. Em alguns casos se mantinha, num primeiro momento, um modelo de administração menos incisivo, permitindo que líderes locais fiquem responsáveis pelo controle e respondam à França em casos específicos, principalmente nas questões militares. No caso das vilas próximas ao rio Ubangui, na fronteira com a República Democrática do Congo, iniciativas militares foram necessárias para garantir o controle efetivo do território (WEINSTEIN, 1970).

Durante o processo de transição para a independência, Barthélemy Boganda surgiu como importante figura política no país. Além de ocupar o cargo de Primeiro Ministro da República Centro Africana (1958-1959), fundou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN)²⁴, primeiro partido político centro africano. Boganda defendia o fim de práticas racistas e a independência das colônias africanas, propondo a formação de um Estado que abrangesse todo o território da África Equatorial Francesa sob o nome de República Centro Africana (DOUI-WAWAYE, 2014; SIRADAG, 2016). Apesar da proposta não ter se

²⁴ Ao contrário dos demais partidos da África francesa, que, em sua maioria, são atrelados ao Partido Comunista Francês, o MESAN não possui ligação com instituições metropolitanas. Além disso, sua orientação política se assemelha à democrata cristã, muito em função da orientação pessoal de Boganda que, além de ter estudado em escolas católicas, é um dos primeiros padres da República Centro Africana, antes de investir na política (M'BOKOLO, 2010; BERG, 2008a).

concretizado, ele é tido como o fundador da República Centro Africana e seria seu primeiro presidente. Todavia, morreu em um acidente de avião em 1959, um ano antes da independência (M'BOKOLO, 2010). Segundo Doui-Wawaye (2014), o projeto de Boganda não foi levado à por seus sucessores, deixando em segundo plano a busca pela unidade nacional. De encontro a isso,

Por um lado, os sucessores de Barthélemy Boganda optaram por abandonar suas ideias e, por outro lado, pode ser observado que entre a população jovem há um 'desentendimento quase total' do seu pensamento. Os centro africanos, devido à ausência de confiança em seus representantes para trazer serenidade, segurança e proteção, recaem em diversos atos de incivismo propagados pelos sucessores de Barthélemy Boganda.

Os motivos que explicam a traição aos ideais de Boganda são essencialmente limitados a fatores políticos que residem na luta desenfreada pelo poder. Para diversos autores, trata-se de manter o poder, resistindo a mudanças, ou conquistá-lo através da força.²⁵ (DOUI-WAWAYE, 2014, p. 43, tradução nossa).

Assim, a independência da República Centro Africana foi oficializada em 13 de agosto de 1960, tendo David Dacko²⁶, primo de Boganda, como primeiro presidente do país. Sucessor de Boganda no MESAN, Dacko se tornou responsável pela realização da transição entre o período colonial e a independência. Após a independência, ocorreu uma ruptura política entre os membros do MESAN, acarretando na criação de um novo partido, o Movimento Centro Africano da Evolução Democrática (MEDAC), liderado pelo Ministro de Estado do governo, Abel Goumba. Pouco tempo após ser criado, o MEDAC se dissolveu e seus membros foram presos. Desse modo, o MESAN passou a ser o único partido legalizado no país (SIRADAG, 2016).

Á frente da Presidência, **Dacko** tomou medidas autoritárias semelhantes à época colonial, utilizando-se da censura, proibição de sindicatos e reformas constitucionais a fim de centrar as decisões no Executivo e estender o seu mandato. Por outro lado, **investiu na extração de diamantes e buscou nacionalizar os lucros dessa atividade, chegando a criar uma**

²⁵ No original: "D'une part le successeurs de Barthélemy Boganda ont préféré écarter ses idées, d'autre part, on constate, chez les jeunes, une «méconnaissance quasi totale » de sa pensée. Les centrafricains, parce qu'ils ont perdu toute confiance envers leurs représentats cesés leur apporter sérénité, sécurité et protection, se livrent à toutes sortes d'actes d'incivisme des successeurs de Barthélemy Boganda en RCA demeure niée.

Les causes susceptibles d'expliquer cette trahison des ideaux de Boganda se limitent, pour l'essentiel, au facteur politique qui residé dans la lutte effrénée pour le pouvoir. Il s'agit, pour les acteurs successifs, soit de conserver le pouvoir par la résistance au changement, soit de le conquérir par la force."

²⁶ Antes da carreira política, David Dacko atuou como professor, chegando a ser diretor de uma das principais escolas de Bangui. Após aproximação com Boganda, tornou-se defensor da independência da República Centro Africana e foi eleito para fazer parte da Assembleia Territorial da colônia. Foi escolhido por Boganda como seu sucessor dentro do partido e, após a morte do mesmo, teve o apoio da França na candidatura à Presidência (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2015a).

fábrica para lapidação das pedras em Bangui. Tendo em vista a grave crise econômica enfrentada pelos países africanos nos primeiros anos de independência, o Presidente diversificou as relações exteriores e deu início a uma parceria político-econômica com a China. Tal aproximação, em conjunto com o descontentamento da **Areva**, empresa francesa responsável pelas atividades mineradoras no país, após o **aumento nas permissões de extração de diamantes, na época, cedidas a qualquer cidadão centro-africano**, fez com que o governo perdesse o apoio da antiga metrópole, prejudicando sua manutenção (SIRADAG, 2016; KAH, 2016).

3.2 Disputa pelo poder e alianças instáveis

A crise econômica e a incapacidade do governo em solucioná-la acarretaram na perda de apoio popular do Presidente, em paralelo à retirada do apoio francês. Desse modo, um golpe de Estado planejado por seu primo, Jean-Bedél Bokassa ²⁷, em 1965 retirou David Dacko do poder, dando início a uma longa sequência de golpes militares na República Centro Africana (ver Tabela 1), em sua maioria, apoiados por Paris. É importante ressaltar que logo após o golpe de 1965, as negociações com a China foram interrompidas e o país voltou a alinhar sua política externa e econômica à França (KAH, 2016).

Bokassa realizou uma série de reformas econômicas a fim de promover o desenvolvimento centro africano, como, por exemplo, a criação de fazendas e indústrias estatais, gerando empregos e promovendo a produção de alimentos em larga escala. Todavia, problemas administrativos comprometeram a continuidade e eficácia desses projetos, principalmente em função das medidas adotadas pelo Presidente (com a centralização das ações no Poder Executivo, seja por meio de decretos absolutistas ou do fechamento de órgãos públicos). Em 1972, o mesmo se autodeclarou presidente vitalício e, em 1977, intitulou-se Imperador da República Centro Africana (VISENTINI, 2012; ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2015b). Seu governo foi marcado pela violência extrema e violações aos direitos humanos, não raros casos de tortura de membros da oposição e assassinato de civis. Com o aumento dessas violações e da atenção internacional direcionada às mesmas, a França retirou seu apoio à Bokassa e, com a Operação Barracuda, em 20 de setembro de 1979, restituiu a posição de Chefe de Estado à Dacko (GIROUX *et al*, 2009; SIRADAG, 2016).

²⁷ Bokassa é conhecido por sua atuação no Exército Francês, especialmente durante a Guerra da Indochina (1946-1954). A pedido de Dacko, o Capitão regressa ao país para se tornar Comandante Supremo das Forças Armadas, de onde orquestra o Golpe de Estado (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2015b).

TABELA 1: CHEFES DE ESTADO DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA

Período	Presidente	Ascensão ao poder
1958-1959	Primeiro Ministro Barthélemy Boganda	Morre em acidente de avião antes do fim do mandato.
1959-1960	Primeiro Ministro David Dacko	Escolhido como sucessor de Boganda.
1960-1965	Presidente David Dacko	Eleições indiretas em 1962, Dacko candidato único.
1965-1977	Presidente Jean-Bedél Bokassa	Golpe de Estado em Dacko.
1977-1979	Imperador Jean-Bedél Bokassa	Suspende a Constituição e dissolve o Parlamento.
1979-1981	Presidente David Dacko	Restituído no poder através da Operação Barracuda. Vence eleição, multipartidária e indireta, em 1981.
1981-1993	General André Kolingba	Golpe de Estado em Dacko.
1993-2003	Presidente Ange-Félix Patassé	Primeiro Presidente eleito democraticamente. Reeleito em 1999, desta vez, acusado de fraude eleitoral.
2003-2013	Presidente François Bozizé	Golpe de Estado em Patassé. Eleito em 2005 e 2011.
2013-2014	Michel Djotodia	Golpe de Estado em Bozizé. Eleito pela Assembleia Constituinte após o golpe.
2014-2016	Catherine Samba-Panza	Chefe do Conselho Nacional de Transição
2016-hoje	Presidente Faustin Touadéra	Presidente eleito democraticamente.

Fonte: Elaborada pela autora.

Com a volta de Dacko, foi estabelecido, pela primeira vez no país, um sistema multipartidário, sendo organizadas eleições presidenciais em 1981. Apesar de eleito pelo MESAN, Dacko foi deposto logo em seguida, em um novo golpe de Estado, cujas razões incluíam o descontentamento das elites locais com a volta do Presidente ao poder por meio da ação direta francesa, dando início ao governo do General André Kolingba. O mesmo promoveu o alinhamento político com os Estados Unidos e a França, além disso, foi responsável pela etnização das Forças Armadas (N'DIAYE, 2009). Segundo Kah (2016), em 1993, data da saída de Kolingba do poder, cerca de 70% das Forças Armadas Centro Africana era formada por Yakomas²⁸.

²⁸ Grupo étnico presente na região da África Central, notoriamente na República Centro Africana e na República Democrática do Congo, representa apenas 4% da população centro africana.

O favorecimento dos Yakomas no serviço público e a utilização do aparato estatal para questões pessoais fizeram com que as demais etnias se sentissem ameaçadas e o descontentamento com Bangui aumentasse acarretando na tentativa de golpe de Estado em 1983, perpetuada por François Bozizé em conjunto com Ange-Félix Patassé. Tendo em vista que ambos pertenciam à região norte da República Centro Africana, Kolingba respondeu com ataques a cidades e vilas do norte e nordeste, agravando a situação já precária desses distritos. Desse modo, o crescente clima de desconfiança e instabilidade, além da conjuntura internacional, contribuiu para o aumento das pressões externas pela democratização do país (GIROUX *et al*, 2009; VLAVONOU, 2014). Em resposta a essas pressões, uma nova Constituição foi aprovada via referendo em novembro de 1986 e, no mesmo ano, Kolingba foi escolhido como Presidente. A reabertura do sistema político ao multipartidarismo, assegurada pela Constituição, somente se efetivou em 1993, juntamente com a realização das primeiras eleições democráticas da República Centro Africana (SIRADAG, 2016).

Ange-Félix Patassé venceu o pleito, todavia, seu período a frente do Estado mostrou-se tão repressivo e autoritário quanto os governos anteriores. Segundo N'Diaye (2009),

Quando o General Kolingba perdeu as eleições presidenciais de 1993 para Ange Félix Patassé, figura política civil de longa data, o cenário foi estabelecido para uma série de motins, ação de milícias, rebeliões, golpes, estagnação social e econômica e a corrente de violência que dominou o país dos anos 1990 em diante.²⁹(N'DAIYE, 2009, p. 41, tradução nossa).

Patassé permaneceu no poder entre 1993 e 2003 e sofreu sete tentativas de golpe de Estado até, finalmente, ser tirado do poder por François Bozizé, antigo Comandante Chefe do Exército. Entre os destaques do governo Patassé estão o aumento dos conflitos étnicos decorrentes da utilização do Estado em favor dos Sara e dos Gbaya, ambos do norte do país, região de origem do Presidente, bem como a redução da participação dos Yakoma nas Forças Armadas, causando descontentamento e motins³⁰ (GIROUX *et al*, 2009; MEHLER, 2010).

Dentre os desordens desse período, destacam-se a) a tentativa falha de golpe de Estado, em maio de 2001, por militares, em sua maioria pertencentes à etnia Yakoma, descontentes com a administração de Patassé e a perda de seus privilégios dentro das Forças

²⁹ No original: “When General Kolingba lost the 1993 presidential elections to Ange Félix Patassé, a long-time civilian political figure, the stage was set for the series of mutinies, militia activities, rebellions, coups, social and economic stagnation and the orgy of violence that gripped the country throughout the 1990s and beyond.”

³⁰ Entre 1996 e 19997 ocorreram três motins militares: o primeiro ocorreu em decorrência da redução excessiva das Forças Armadas Centro Africanas e retirada dos Yakoma de seus cargos; o segundo, um mês depois, clamava contra decisões presidenciais no âmbito da defesa e o terceiro, que reuniu maior número de soldados, adquiriu reivindicações políticas, pedindo a renúncia do Presidente (MEHLER, 2010).

Armadas (estes apoiavam o ex-Presidente Kolingba, que reivindica responsabilidade sobre o levante); b) a tentativa de golpe perpetuada por Bozizé em outubro de 2002 e a subsequente vitória do governo com o auxílio de tropas da Líbia e do Movimento pela Libertação do Congo (MLC), partido oposicionista da República Democrática do Congo; c) além da bem-sucedida ação de Bozizé em março de 2003, com apoio de ex-membros das Forças Armadas Centro Africanas e soldados do Chade, Sudão e do norte do país, levando Patassé a procurar por exílio no Togo (MEHLER, 2010; MEHLER, 2011; KAH, 2014; SIRADAG, 2016).

É importante salientar que, logo após o levante militar de 2001, Patassé dispensou uma série de Ministros e cargos de confiança do governo utilizando como justificativa a suposta colaboração com a tentativa de golpe. François Bozizé foi demitido e teve prisão decretada, se exilando no Chade. Militares desertores das Forças Armadas, fiéis ao General, o acompanharam na retirada ao país vizinho, levando parte do armamento da *Gendarmerie*³¹ (MEHLER, 2010). Durante seu tempo no Chade, muito em função do apoio de Iddris Déby, presidente do país, Bozizé recrutou mercenários e ex-soldados para auxiliar no processo de tomada de poder, os *libérateurs*.

Ao assumir o poder, Bozizé suspendeu a constituição vigente, a fim de redigir uma nova, favorável aos seus interesses. Inicialmente, tentou incluir partidos da oposição em seu governo, chegando a colocar Abel Goumba (do MEDAC) como Primeiro Ministro (MEHLER, 2011). Com o intuito de conferir legitimidade ao seu governo, o Presidente formou uma comissão legislativa, incluindo membros da oposição e anuncia a formulação de uma nova Constituição, juntamente com a realização de eleições presidenciais (HERBERT *et al*, 2013). Após negociações entre o governo, partidos políticos locais e a sociedade civil, foram organizadas eleições parlamentares e presidenciais em 2005, com a exclusão de Patassé e seu partido do processo, e Bozizé saiu vencedor (BERG, 2008a).

Apesar do lançamento de iniciativas visando à reforma do setor securitário na República Centro Africana, a Guarda Presidencial e o serviço de inteligência foram dissolvidos em 2003, com base na desconfiança gerada pelo envolvimento das Forças Armadas e de segurança em diversas tentativas golpes de Estado ao longo dos anos. Desse modo, não só a tomada de decisões de cunho securitário se centrou no Executivo, como

³¹ Gendarmaria, em português, consiste em uma força militar que atua junto à população. Criada pela França em 1920 para proteger o território de Oubangui-Chari, passa a ter sede no país em 1955, sendo nacionalizada após a independência. A Legião Gendarmaria da República Centro Africana, nome adotado a partir de 1960, é mais bem treinada e equipada que as demais forças nacionais, recebendo maior nível de investimento, principalmente da França (GLOBAL SECURITY ORG, s/d; N'DIAYE, 2009).

Bozizé foi capaz de criar sua própria Guarda Presidencial com base na milícia que o apoiou na tomada do Estado em 2003 (MEHLER, 2010; HERBERT *et al*, 2013).

Em 2004, um ano após Bozizé tomar Bangui com o apoio de rebeldes, teve início uma série de confrontos no nordeste do país. O que começou com protestos das Forças Democráticas para Reunificação (UFDR) e do Exército Popular da Restauração Democrática (APRD), liderados por Michel Djotodia e Jean-Jacques Démafouth, respectivamente, levou à Guerra Civil ³² (2004-2007) (KAH, 2016). Diversos grupos se envolveram no conflito, grande parte *ex-libérateurs*, pedindo pelo cumprimento das promessas feitas pelo Presidente antes de assumir o governo, dentre elas o pagamento de compensações pelos serviços prestados e a inclusão de membros da milícia nas Forças Armadas. Na tentativa de resolver a situação, foi criado em 2004 um programa de desmobilização, desarmamento e reabilitação (DDR). Todavia, seu alcance foi restrito e grande parte das propostas não foram colocadas em prática, demonstrando a falta de preparação e vontade política de Bangui (DEBOS, 2008; MEHLER, 2010).

É interessante observar a volatilidade das forças de segurança presentes no país conforme o governo vigente. Com exceção da *Gendarmerie*, mais autônoma, as demais entidades são fortalecidas ou esvaziadas de acordo com o apoio do Executivo. No caso do exército, além da já mencionada etnicização, têm seu poder e material reduzido de acordo com a utilização de forças de segurança auxiliares. Do mesmo modo, a Guarda Presidencial é organizada pelo Presidente, abrangendo, por vezes, milícias e grupos mercenários e sendo dissolvida quando necessário.

3.3 Séléka, Anti-Balaka e o golpe de 2013

Séléka, união em sango, constitui-se no grupo político-militar formado por diversos partidos opositoristas ao governo, tendo muitos destes participado do golpe de Estado de 2003, responsável por colocar Bozizé no poder. O termo foi utilizado pela primeira vez em agosto de 2012 para se referir à aliança formada entre a Convenção Patriota pela Preservação de Wa Kodro (CPSK), liderada por Mohamed Moussa Dhaffane e a Convenção dos Patriotas pela Justiça e pela Paz (CPJP-Fondamentale), liderada por Noureddine Adam ³³. No mês

³² Neste trabalho, o período em questão é tratado como sendo uma guerra civil. Entretanto, não há unanimidade sobre o assunto, sendo que alguns autores, especialmente na literatura estrangeira, tratam os conflitos entre 2004 e 2007 como eventos isolados na região norte e nordeste do país, chamando de “*Bush War*” (KAH, 2014; SIRADAG, 2016).

³³ Ambos partidos são resultado da fragmentação do Convenção dos Patriotas pela Justiça e pela Paz (CPJP), em meados de 2012, após Joachim Kokate, líder do partido, decidir continuar a negociar com o governo em busca de um acordo cessar-fogo (WEYNS *et al*, 2014).

seguinte, as Forças Democráticas para Reunificação (UFDR), sob a liderança de Michel Djotodia, passaram a fazer parte da Séléka (WEYNS *et al*, 2014). Em dezembro do mesmo ano, o grupo realizou sua primeira ação, contando com o apoio da Frente Democrática do Povo Centro Africano (FDPC) e da Frente de Retomada Popular (FPR), sendo a última um grupo rebelde do Chade (KAH, 2014). Segundo Glawion (2015),

No início, a Séléka utilizou-se de mercenários do Chade e do Sudão e buscou alianças táticas com outros grupos armados dentro da RCA. Cada vez mais grupos se uniram à aliança Séléka, não por compartilharem a mesma religião, mas pelo elevado sucesso em tomar controle do território entre o fim de 2012 e o começo de 2013.³⁴ (GLAWION, 2015, p. 15, tradução nossa).

Com o aumento do apoio de milícias, a Séléka avançou rumo à Bangui, tomando o controle das principais cidades com atividades mineradoras³⁵, especialmente as da região central do país. O grupo assumiu o controle de áreas próximas à capital, ilustradas no Mapa 3, sem interferência das forças militares externas presentes no território. Em janeiro de 2013, com mediação da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), foi firmado um acordo cessar fogo em Libreville. É interessante destacar que a crise alimentar que assolou o país nesse período foi uma das razões pelas quais a Séléka decidiu negociar como governo. Tal crise ocorreu devido à escassez de chuvas nesse período, bem como em função do elevado número de pessoas deslocadas e propriedades queimadas no decorrer do conflito. O cessar fogo ocorre, então, com o intuito de aumentar o apoio internacional visando o combate à fome (HERBERT *et al*, 2013).

³⁴ No original: “From the beginning, Séléka used Chadian and Sudanese mercenaries and sought tactical alliances with other armed groups within the CAR. More and more groups joined the Séléka alliance, not because of a shared religion, but because of the alliance’s increasing success in taking control over the country’s territory between late 2012 and early 2013.”.

³⁵ Os diamantes são a principal fonte de financiamento do grupo, sendo uma das demandas do mesmo a devolução das pedras recolhidas pelo Governo em 2008, quando Bozizé fecha grande parte dos locais de venda e apreende o material encontrado.

MAPA 4: ÁREA CONTROLADA PELA SÉLÉKA EM JANEIRO DE 2013



Fonte: CENTANNI, 2013, s/p.

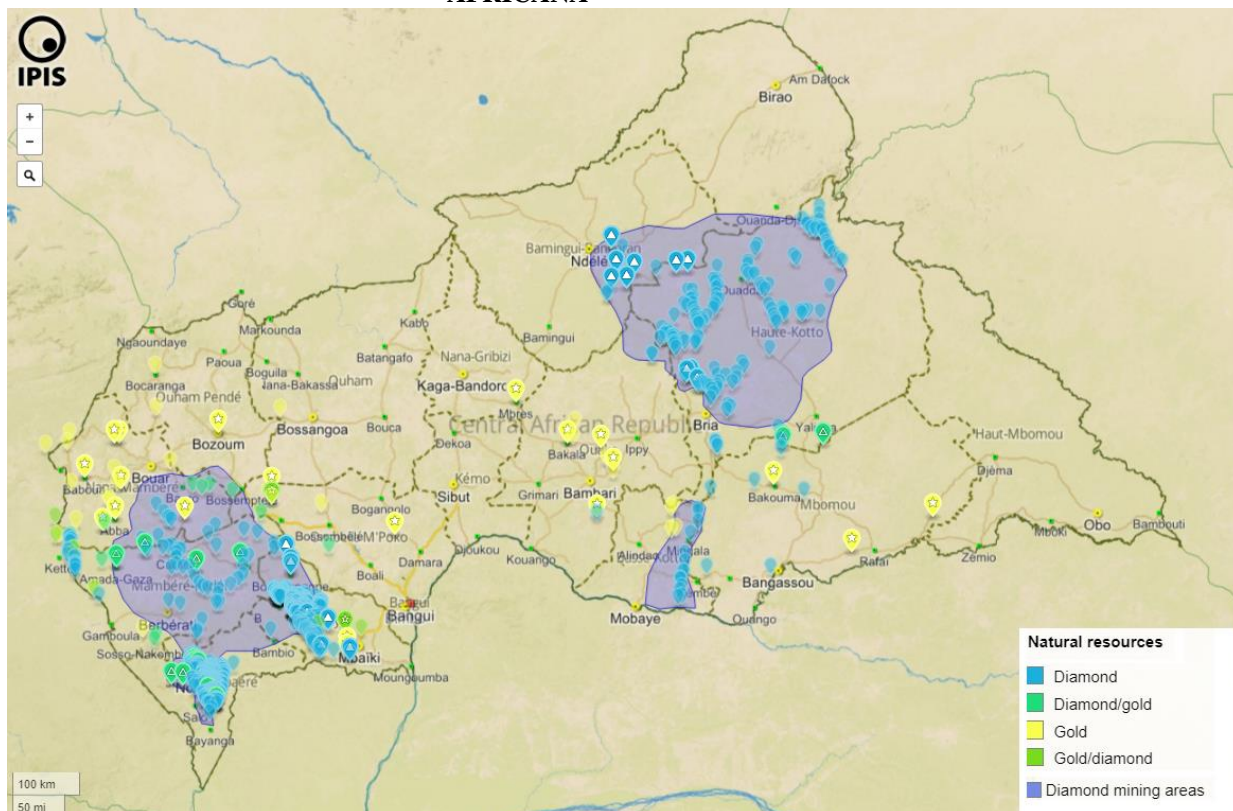
O acordo de Libreville tinha como principais medidas a manutenção de Bozizé como Presidente até 2016 (data do fim de seu mandato), a realização de novas eleições em 2016 sem a participação de Bozizé, a inclusão de membros da Séléka no governo, a designação de Nicolas Tiangaye para a posição de Primeiro Ministro e a liberação dos prisioneiros pertencentes ao grupo. Em fevereiro do mesmo ano, os líderes Séléka acusaram o governo de não implementar o que foi acordado em Libreville e denunciam o acordo (KAH, 2016; HERBERT *et al*, 2013). A partir disso, novas ofensivas militares se realizaram até que em março de 2013 Bangui foi tomada e Bozizé deposto. Michel Djotodia, líder Séléka se declarou Presidente, mantendo o Primeiro Ministro Tiangaye e realocando líderes do movimento, juntamente com membros de partidos opositores a Bozizé, à frente dos Ministérios e das Forças Armadas.

Dentre as razões que levaram a Séléka ao golpe de 2013 estão o não cumprimento dos acordos cessar-fogo de 2007 e 2008 (marcos do fim da Guerra Civil), a ausência de investimento nas partes norte e nordeste do país, apesar de Bozizé ser desta região e a falta de vontade política do governo, resultando nas falhas de implementação do programa de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração e do Diálogo Inclusivo (DDR), propostos em 2008 (HERBERT *et al*, 2013; WEYNS *et al*, 2014).

Após o golpe, a República Centro Africana sofreu uma série de sanções, sendo, inclusive, sendo afastada da União Africana (UA), conforme comunicado emitido pela 363ª Conferência do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA). Com base nisso, Djotodia entrou em negociação com a CEEAC, o que resultou na criação do Conselho Nacional de Transição (CNT) com duração prevista para 18 meses. A partir disso, se estabeleceu um Parlamento cuja função inicial seria a eleição do Presidente do Conselho. Djotodia se apresentou como único candidato e foi eleito em 10 de agosto de 2013, garantindo *status* de legitimidade ao internacional a seu governo desde então. A postura dos membros da Séléka mudou ao assumir a frente do Estado. A falta de investimento nas regiões norte e nordeste do país, bem como a criação de programas DDR efetivos, antigas demandas do grupo, foram esquecidas por completo. Do mesmo modo, as compensações de guerras aos combatentes envolvidos no golpe não chegaram a ser pagas e apenas membros do alto escalão são incluídos no governo e nas Forças Armadas (VLAVONOU, 2014).

O período de Djotodia à frente do CNT foi marcado pelo aumento da violência e da corrupção. Com o controle dos sélékas na região a oeste da capital, mais desenvolvida e dotada de recursos naturais, os mesmos passaram a se utilizar da burocracia estatal para benefício próprio, cobrando impostos da população e taxas para realização de transações comerciais, especialmente as que envolvem recursos naturais. Graças à ajuda do Presidente, que por meio de decretos burlava entraves processuais, foram emitidas licenças de extração de diamante e ouro de maneira imprópria, com base nas comissões e lucros adquiridos pelo grupo. Do mesmo modo, o número de saques, estupros e demais atividades bélicas envolvendo membros da Séléka aumentou nesse período, ocasionando a criação de milícias a fim de combater tais ações (DAY, 2016; WEYNS *et al*, 2014).

MAPA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA



Fonte: IPIS, 2014, s/p.

Os Anti-Balaka, nome que faz referência aos facões (*balaka*, em sango) utilizados pela Séléka, aumentaram suas ações conforme o grupo se aproxima de Bangui. Todavia, o conflito entre as milícias atingiu níveis alarmantes a partir de setembro de 2013. Faz-se necessário destacar que a composição do mesmo não se deu, em momento algum, com base em critérios religiosos ou étnicos, ao contrário do que se lia na mídia ocidental, tampouco fora criado em 2013. Apesar da nomeação adotada em decorrência da Séléka, os Anti-Balaka atuavam nas regiões oeste e noroeste da República Centro Africana desde os anos 1990 com o intuito de proteger as propriedades e fronteiras do país de ataques de ladrões, milícias vizinhas e dos *zaraguinas*³⁶, muitas vezes atuando como suporte às autoridades militares nacionais. O movimento militar é composto por pequenos grupos locais, principalmente jovens, e membros desertores das Forças Armadas Centro Africanas. Acredita-se que Bozizé seja uma das lideranças por trás das ações do grupo, especialmente após a adesão em massa de militares

³⁶ Grupo militar de origem desconhecida que atua na República Centro Africana, especialmente nas regiões de fronteira com Camarões e Chade. Aumenta suas ações no decorrer da década de 2000, são responsáveis por roubos de carga nas estradas que ligam os Estados, assaltos a propriedades rurais e sequestros (DUKHAN, 2016).

desde março de 2013 (BIERSCHENK; SARDAN, 1997; DUKHAN, 2016; SIRADAG, 2016).

Para melhor compreender o conflito, é preciso discorrer sobre o fator religioso que o cerca. Desde o período pré-colonial, a República Centro Africana é um território que abriga diversas etnias e religiões. Como consequência das rotas de comércio que cruzam a região ligando os atuais Estados do Chade e Sudão (com maioria da população árabe) aos demais mercados da África Central, antes mesmo das autoridades francesas anexarem-na à África Equatorial Francesa, o número de habitantes árabes cresceu, bem como comércios por eles conduzidos. A partir da colonização, houve uma divisão de classes onde a posse de bens e entrega de cargos políticos era destinada a cidadãos específicos, àqueles que melhor atendiam aos interesses metropolitanos. Desse modo, acabou-se por criar uma separação social entre a comunidade árabe-muçulmana, envolvida em atividades comerciais e o restante da comunidade, seja ela cristã ou adepta de crenças locais, envolvida em atividades políticas e detentora de propriedades rurais (DOUI-WAWAYE, 2014; M'BOKOLO, 2010).

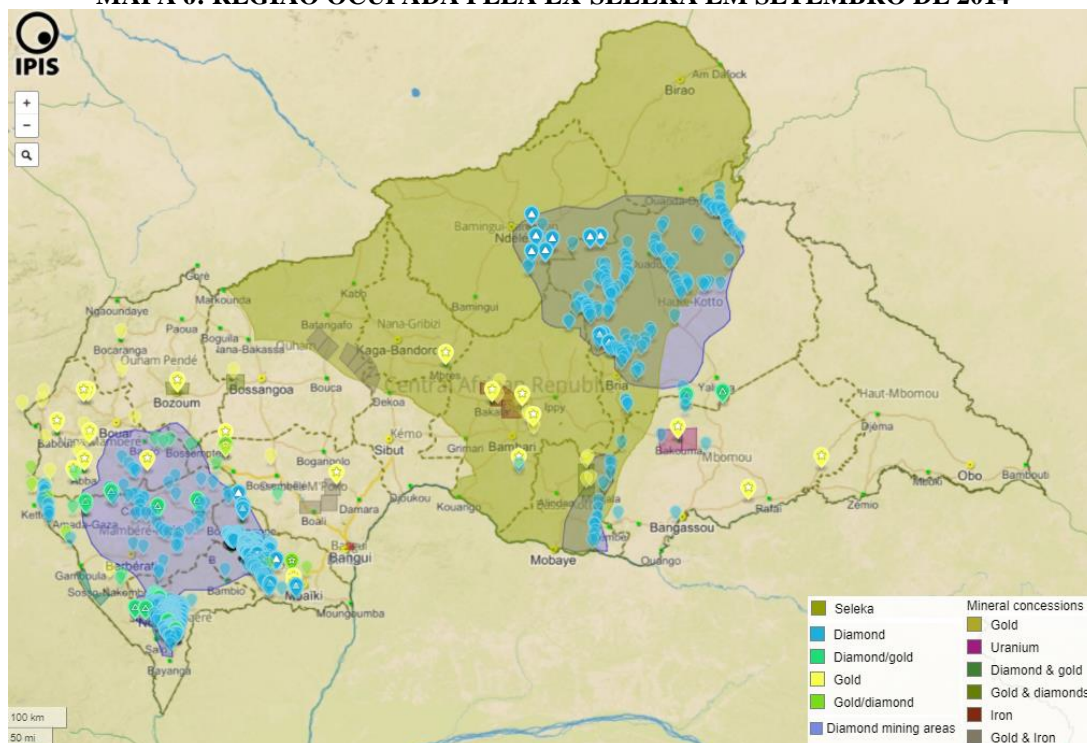
Com o golpe de Djotodia (2013), a Séléka passou a saquear propriedades em Bangui e nas áreas próximas, cujos ataques eram direcionados à população no geral, com exceção à comunidade muçulmana. Em resposta, os Anti-Balaka passaram a atacar muçulmanos, visando à retirada dos mesmos do país. Entende-se que isso não significa que o conflito se deu com base em atritos entre religiões diferentes e sim que tais práticas eram uma consequência da ação da Séléka, formada também por chadianos e sudaneses e da compreensão de que a população árabe-muçulmana residente na República Centro Africana é composta por estrangeiros. Desse modo, os Anti-Balaka buscavam a retirada desses povos estrangeiros do país, o que levou a atentados contra muçulmanos e, por vezes, a condução destes até a fronteira com Estados vizinhos, especialmente Camarões.

O escalonamento da violência levou Djotodia a declarar, em 13 de setembro de 2013, que a única entidade legalmente autorizada a usar força militar era as Forças Armadas Centro Africanas (declarou-se também a ilegalidade do grupo Séléka e pessoas com ele envolvidas). Todavia, diversos membros da milícia foram incluídos nas Forças Armadas desde março de 2013, dificultando qualquer tipo de ação estatal de combate à mesma. Segundo a Human Rights Watch (2013), os embates entre milícias provocaram milhares de mortes, mais de 45 mil migrações forçadas e cerca de 70 mil refugiados, somente em 2013. A precária situação dos direitos humanos e a total falta de controle de Djotodia, tanto da administração estatal quanto da antiga Séléka e conflitos a ela relacionados, fez com que as pressões interna e externa aumentassem, acarretando na renúncia do mesmo em 10 de janeiro de 2014 (WEYNS

et al, 2014; DUKHAN, 2016). Em sequência, ocorreu a escolha, por meio do Conselho Nacional de Transição, de Catherine Samba-Panza, prefeita da cidade de Bangui, para presidir o governo de transição e organizar novo pleito, não podendo nele concorrer (DELIBERALI *et al*, 2014).

Em sequência à declaração da Séléka como grupo na ilegalidade e com a renúncia de Djotodia, grande parte dos membros do grupo recuou para o norte e leste do país. Ao assumir o governo transitório, Catherine Samba-Panza retomou a confiança de ambos os lados no Executivo e na promoção da reconciliação nacional. Todavia, conforme as demandas da ex-Séléka por maior participação no governo e no processo de reorganização do mesmo para novas eleições não eram atendidas, a violência voltou a assumir níveis alarmantes, acarretando na deterioração da situação no país. Tendo em vista que a região ocupada pela milícia é rica em recursos naturais, como mostra o mapa abaixo, os ex-Séléka³⁷ utilizaram-se dos mesmos para financiamento de suas atividades. Ademais, a República Centro Africana tornou-se uma fonte de diamantes de sangue, ou seja, diamantes advindos de áreas controladas por rebeldes que são vendidos ilegalmente no mercado internacional (DUKHAN, 2016; GLOBAL WITNESS, 2014).

MAPA 6: REGIÃO OCUPADA PELA EX-SÉLÉKA EM SETEMBRO DE 2014



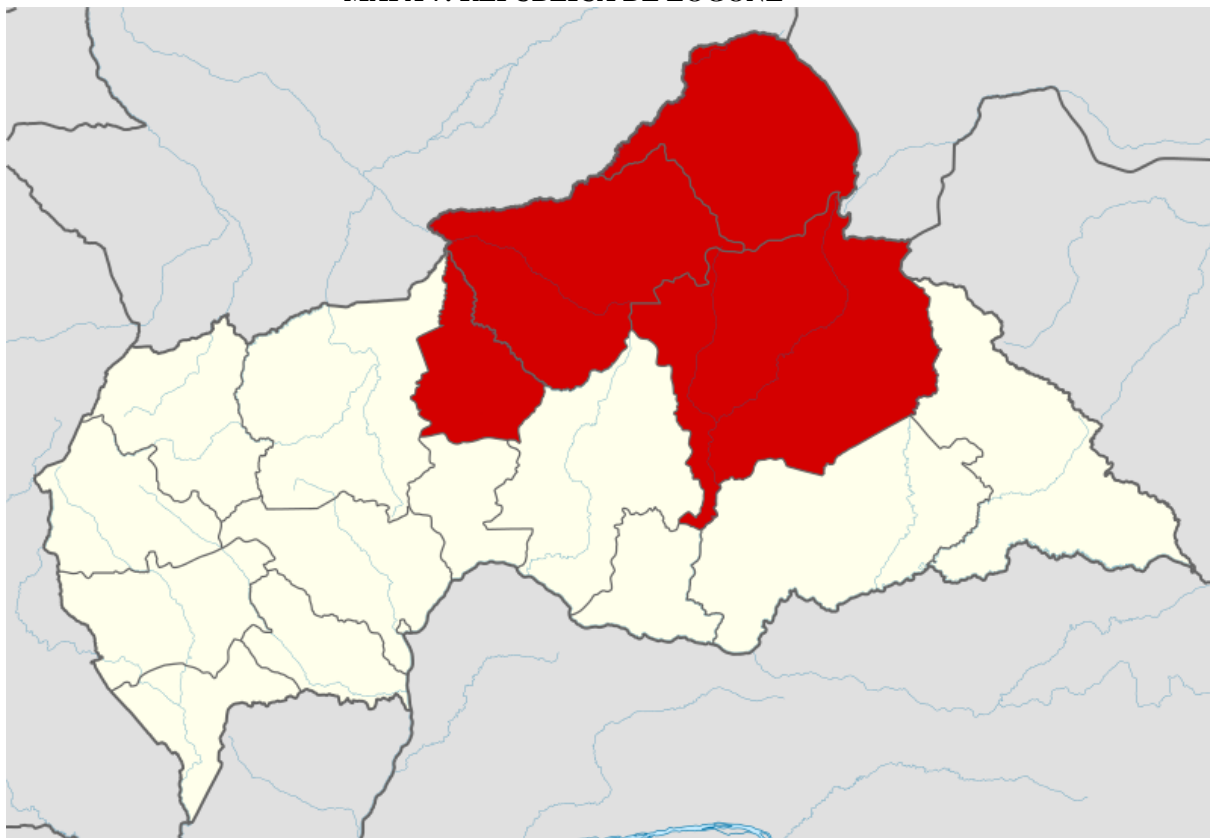
Fonte: IPIS, 2014, s/p.

³⁷ Com a declaração do grupo como ilegal os membros do mesmo optaram por ser chamados de ex-Séléka, independente de filiações a partidos políticos ou milícias.

Desde a saída de Djotodia do poder e da retirada da ex-Séléka de Bangui, percebeu-se uma divisão da mesma, bem como do Anti-Balaka em milícias menores. Tal fato ocorreu aos desentendimentos acerca da atuação desses grupos e com base em interesses políticos e econômicos divergentes. No que se refere ao último, incidiu na separação em quatro partidos políticos, a Frente Popular para o Renascimento Centro Africano (FPRC), liderada por Noureddine Adam, a União para a paz na República Centro Africana (UPC), liderada por Ali Darassa, a Rassemblement Patriotique pour le Renouveau de la Centrafique (RPRC), liderada por Joseph Zoundeko e o Movimento Patriótico Centroafricano (MPC), liderado por Alkatim Mahamat (DUKHAN, 2016).

Em agosto de 2014, um mês depois do acordo de cessar-fogo firmado entre os Anti-balaka e membros da ex-Séléka, Noureddine Adam (FRPC) clamou pela independência da região controlada por ele e seus aliados (Mapa 6), sob a presidência de Michel Djotodia, tendo Bambari como capital. Todavia, divergências entre o mesmo e Ali Darassa (UPC), responsável pela administração da região de Bambari, acerca da divisão dos lucros advindos dos recursos naturais levaram a uma série de embates entre os dois partidos. Além da violência extrema nas áreas de controle da ex-Séléka, a República Centro Africana passou a sofrer com levantes em busca de vingança nas cidades próximas à fronteira entre as essas regiões e as controladas pelos Anti-Balaka (WEYNS *et al*, 2014).

Cabe destacar que desde sua criação, em 2012, a Séléka apresenta divergências quanto às negociações com o governo e demais posicionamentos políticos. Com o aprofundamento dos esforços do Governo de Transição para realização de novas eleições, as tensões com as vertentes extremistas do grupo se exacerbaram. Nesse sentido, com a realização de eleições e a desconsideração por parte das autoridades locais e internacionais dos pedidos pela emancipação dos territórios a norte e leste do país, Adam declarou, em dezembro de 2015, a região por ele controlada como República de Logone, também chamada de Dar el Kuti, exibida no Mapa 7. A área em questão é rica em diamantes e ouro, servindo como fonte de financiamento de Logone, bem como das atividades militares do FRPC (DUKHAN, 2017).

MAPA 7: REPÚBLICA DE LOGONE

Fonte: MCGREGOR, 20017.

É interessante notar que desde o início dos atentados dos Anti-Balaka contra a população muçulmana, em 2013, Nouredinne Adam e Michel Djotodia utilizaram-se da atenção midiática e do teor religioso que o conflito adquiriu para preparar ações pró-separatismo. Desde a renúncia de Djotodia, em janeiro de 2014, o discurso contrário à conciliação nacional ganhou força entre os membros da ex-Séléka, bem como o fomento a ações de retaliação aos Anti-Balaka. Do mesmo modo, os mesmos aproveitaram dos esforços realizados em prol do diálogo e reconciliação nacional para realizar boicotes à sua implantação, a fim de garantir apoio nacional à criação da República de Logone. Todavia, tais estratégias não surtiram o efeito desejado, especialmente quanto ao apoio internacional.

3.4 De Samba-Panza à Touadéra

A escolha de Catherine Samba-Panza para Presidência do Governo de Transição se deu com base em dois fatores. Primeiro, a busca de apoio nacional pela crença de que mulheres tem maior capacidade de promover o diálogo e, conseqüentemente, a conciliação

nacional ³⁸. Em sequência, a experiência de Samba-Panza à frente de Organizações Não Governamentais humanitárias e na promoção de diálogo entre grupos político-militares opostos. Vale ressaltar que a nomeação é recebida com entusiasmo pela sociedade civil e internacional (ZOUMARA; IBRAHIM, 2014).

Desde o início do governo de transição, o processo eleitoral teve de ser adiado diversas vezes devido à retomada do conflito entre as milícias. É importante notar que membros do Anti-Balaka continuaram a atuar nas zonas próximas ao controle Séléka, mesmo após a declaração de cessar fogo através do acordo de Nairobi, em janeiro de 2015. Ademais, com a subdivisão desses grupos em milícias diversas a identificação e contenção de suas ações tornaram-se problemáticas (DUKHAN, 2016). Fóruns de debate acerca da união nacional foram criados e os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) passaram por um processo de reformulação com base nas aptidões do Estado e na demanda dos ex-combatentes. Todavia, não houve comprometimento de nenhuma das partes envolvidas para a concretização dessas medidas. Após o oitavo adiamento do processo eleitoral, a CEEAC e a França exerceram pressão internacional para o estabelecimento de uma data definitiva, sendo escolhido dezembro de 2015.

Antes das eleições, os cidadãos centro-africanos tiveram de votar no referendo para homologação da nova constituição, aprovada com 93% dos votos. Não poderiam participar do pleito aqueles que, conforme o entendimento do Tribunal Constitucional de Transição, estivessem envolvidos no conflito ou possuíssem conexão com membros de milícias. Com supervisão da Missão Integrada Multidimensional de Estabilização na República Centro Africana ³⁹, as eleições presidenciais e legislativas ocorrem dia 30 de dezembro de 2015, sendo a última invalidada pelo Tribunal. Novas eleições legislativas realizaram-se no dia 14 de fevereiro de 2016, juntamente com o segundo turno das presidenciais, vencido por Faustin Touadéra com 63% dos votos (HUON, 2016).

Faustin Touadéra foi eleito de maneira independente, ou seja, sem ligação oficial a partidos políticos, fato que favorece sua eleição. O Presidente é conhecido pela atuação como Primeiro Ministro centro africano entre 2008 e 2013, durante o governo Bozizé e Djotodia, onde lutou em favor dos direitos trabalhistas, garantindo o reestabelecimento do pagamento de salários, suspenso durante a Guerra Civil (WEYNS *et al*, 2014). Apesar da alta expectativa nacional e internacional, atualmente o Presidente não consegue avançar nas questões

³⁸ Notam-se esforços nacionais e internacionais para corroborar esta ideia através da mídia, utilizando-se do exemplo de Ellen Johnson Sirleaf e sua atuação como Presidente da Libéria (2006-hoje).

³⁹ Missão das Nações Unidas presente em território desde setembro de 2015.

referentes à reunificação nacional e na projeção da autoridade estatal fora de Bangui, problema dificultado com a ação dos membros da antiga Séléka e os novos desdobramentos no que tange a ação de milícias (MUDGE, 2017).

3.5 Considerações finais do capítulo

Após a independência, a má governança, ilustrada na utilização do Estado para fins pessoais e favorecimento de determinadas etnias em prol das demais, foi responsável, dentre outras coisas, pela ruptura na união nacional, rivalizando regiões e etnias e promovendo a descrença na ação do Estado e suas instituições na República Centro Africana. De encontro a isso, criou-se uma lógica de poder onde a busca por ganhos econômicos e a corrupção se tornaram constantes, fato observado na mudança de ação da Séléka, da busca por mudanças a ganância observada após o golpe de Estado de 2013. Concomitantemente, a falta de vontade política se apresentou como um dos principais entraves frente aos processos de reconciliação nacional e demais diálogos políticos propostos, especialmente desde o fim do governo de Djotodia.

É necessário ressaltar que, durante seu tempo como presidente, François Bozizé utilizou-se do cargo para influenciar a população, proferindo discursos de ódio nas comunidades próximas à Bangui contra a população do norte e nordeste centro africano. A interferência direta do Presidente foi observada durante a Guerra Civil (2004-2007) e, novamente, com a criação da Séléka, favorecendo a criação da ruptura social que culmina nas ações do grupo Anti-balaka contra a Séléka e no elevado número de refugiados muçulmanos (WEYNS *et al*, 2014). Do mesmo modo, Adam e Djotodia realizaram discursos tentando conquistar o apoio da população da região por eles controlada afirmando ser impossível a promoção da unidade nacional, tirando proveito das ações dos Anti-Balaka e das falhas na ação do governo com relação à situação na busca pelo reconhecimento da República de Logone.

Outro fator a ser analisado é a participação das Forças Armadas Centro Africanas em golpes de Estado, provocando clima de desconfiança e inimizade política entre as partes e favorecendo a atuação de milícias e demais forças de segurança privadas no território. A neutralidade política das Forças Armadas é fundamental para recuperar o teor nacional da mesma, especialmente perante a população da região de controle da ex-Séléka. Ademais, faz-se necessário o estabelecimento de um programa de desarmamento, desmilitarização e reintegração (DDR) eficaz e abrangente. Para isso, é preciso ir além das compensações pagas àqueles que largaram as armas e promover integração efetiva dos mesmos no sistema

econômico do país. Por fim, ressalta-se a importância da reestruturação do sistema jurídico nacional, a fim de tornar sua ação efetiva, especialmente no que tange crimes de guerra e corrupção.

Esforços estão sendo realizados pelo novo governo quanto à recuperação da confiança do capital internacional, visando ampliar os níveis investimentos estrangeiros em território centro africano. Todavia, tendo em vista que grande parte das reservas de ouro e diamantes, principais riquezas do país, estão sob o controle rebelde, dificilmente haverá mudanças nesse sentido enquanto não houver resoluções internas. O modo como é tratado o avanço da ex-Séléka, muito em função da superioridade militar do grupo com relação às Forças Armadas, inviabiliza a retomada do desenvolvimento econômico da República Centro Africana e todos os problemas sociais decorrentes desse processo. É preciso tratar com mais seriedade a ação da ex-Séléka, principalmente após a declaração da República de Logone, a fim de tentar integrá-los no Estado e acabar com a perpetuação de crimes contra a humanidade cometidos pelas milícias. O elevado número de estupros e demais crimes hediondos cometidos não só pela ex-Séléka, mas também pelos contingentes militares internacionais contribui, também, para a ausência de confiança da sociedade civil nas autoridades de segurança e para o crescimento do sentimento de hostilidade relacionado a qualquer processo que favoreça a união das províncias.

4 FORÇAS EXTERNAS NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA

Para compreender a situação da República Centro Africana, faz-se necessário analisar os efeitos da influência externa no país desde a sua independência. Apesar de a França ser o principal ator internacional envolvido, a dinâmica regional interfere diretamente na política e conjuntura doméstica. Nesse sentido, serão abordadas neste capítulo as relações com os vizinhos, com a França e as missões de paz em território centro africano. No que tange à última, diversas iniciativas internacionais foram lançadas desde o governo Patassé (1993-2003) a fim de cessar a constante instabilidade no país, como pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2- MISSÕES DE PAZ NA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA

PERÍODO	AÇÃO INTERNACIONAL	ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS
1997-1998	Força Interafricana na República Centro Africana (MISAB)	Força-tarefa prevista dentro do Acordo de Bangui (1997), composta por tropas franco-africanas.
1998-2000	Missão das Nações Unidas na República Centro Africana (MINURCA)	Missão das Nações Unidas criada para substituir a MISAB.
2000-2010	Gabinete de Apoio das Nações Unidas à Consolidação da Paz na República Centro Africana (BONURCA)	Organização das Nações Unidas (ONU).
2002-2008	Força Multinacional da Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (FOMUC)	Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC).
2002-2013	Operação Boali	Operação francesa em apoio à FOMUC.
2008-2009	Força da União Europeia para o Chade e República Centro Africana (EUFOR TCHAD/RCA)	União Europeia (UE).
2008-2013	Missão de Consolidação da Paz na República Centro Africana (MICOPAX)	Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) criada para substituir a FOMUC.
2009-2010	Missão das Nações Unidas na República Centro Africana e Chade (MINURCAT)	Missão das Nações Unidas criada para substituir a EUFOR TCHAD/CAR.
2010-2014	Gabinete Integrado de Apoio das Nações Unidas à Consolidação da Paz na República Centro Africana (BINURCA)	Gabinete criado para substituir o BONURCA.
2013-2016	Operação Sangaris	Força tarefa da França.
2013-2015	Missão Interafricana de Apoio à República Centro Africana (MISCA)	Missão da União Africana (UA) criada para substituir a MICOPAX.
2014-2015	Força da União Europeia para a República Centro Africana (EUFOR RCA)	União Europeia (UE).
2015-2016	Missão de Aconselhamento Militar da União Europeia na República Centro Africana (EUMAM RCA)	Força da União Europeia (UE) criada para substituir a EUFOR RCA.

2015-mandato até novembro de 2017	Missão Integrada Multidimensional de Estabilização na República Centro Africana (MINUSCA)	Missão das Nações Unidas criada para substituir a MISCA.
2016-mandato até setembro de 2018	Missão de Treinamento Militar da União Europeia na República Centro Africana (EUTM RCA)	Força da União Europeia (UE) criada para dar continuidade a EUMAM RCA.

Fonte: elaboração da autora, com base em dados disponíveis nos sites das Organizações.

É possível identificar três acontecimentos principais que levaram à criação de missões de *peacekeeping*⁴⁰ e *peacebuilding*⁴¹ na República Centro Africana, a partir da década de 1990. Os levantes populares contra o Presidente Patassé (1993-2003), que têm início com as mudanças realizadas na estruturação das Forças Armadas e do não pagamento de salário de funcionários públicos em meados da década de 1990, constituíram o primeiro evento; o segundo envolve a preocupação de que as tensões decorrentes da Guerra Civil chadiana (2005-2010) e do Conflito de Darfur (2003-presente) no Sudão se espalhem para os demais Estados da região; o último acontecimento teve início com a criação da Séléka e o avanço desta rumo à capital do país, acarretando no golpe de Estado em 2013.

Considerando o elevado número de iniciativas internacionais para manutenção da paz em território centro africano, destacam-se algumas que fogem ao padrão deste tipo de ação, como, por exemplo, a Força Interafricana na República Centro Africana (MISAB), a Força da União Europeia para o Chade e República Centro Africana (EUFOR TCHAD/RCA) e a Operação Sangaris. A primeira foi criada a partir do Acordo de Bangui, assinado entre Ange-Félix Patassé e milícias em 1996 e buscava garantir a adoção das medidas discutidas e o desarmamento de milícias. O interessante em relação à MISAB é que, não somente ela foi criada a pedido do Presidente, mas também era composta por forças exclusivamente africanas (Burkina Faso, Chade, Gabão e Mali), contando com a França⁴² para suporte financeiro e logístico à missão (UNITED NATIONS, 2001). No que tange à segunda, a EUFOR TCHAD/RCA foi criada para proteger a região de fronteira entre Chade e República Centro Africana do transbordamento do conflito de Darfur. Ademais, a missão visava fornecer apoio humanitário e promover a estabilização dessas áreas tendo em vista os efeitos devastadores da Guerra Civil centro africana (2004-2007), especialmente no nordeste do país e a situação precária da população decorrente da Guerra Civil chadiana (2005-2010), ainda em andamento.

⁴⁰ A partir da definição das Nações Unidas para o termo, tem-se que *peacekeeping* consiste em operações que trabalham para garantir a segurança duradoura em locais de conflito, bem como fornecer suporte político e criar as condições necessárias para a *peacebuilding* (UN, s/d b).

⁴¹ São ações destinadas à consolidação da paz e criação de condições para que a mesma seja duradoura (UN, s/d c).

⁴² A França enviou tropas ao país ainda em 1996, utilizando-se da presença de franceses em solo centro africano e a necessidade de protegê-los como justificativa (ROESCH, 2015).

A EUFOR TCHAD/RCA diferenciava-se das demais operações desse tipo por envolver vinte e três países da União Europeia (UE), maior número de Estados envolvidos em uma missão na África desde então, além de ser pioneira na colaboração ativa entre EU, União Africana (UA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) ⁴³ (DIJKSTRA, 2010; EUROPEAN UNION, 2009). Outro fator interessante acerca da ação da UE neste caso era o elevado investimento empenhado, causando atritos entre Alemanha, Grã Bretanha e França acerca da motivação do envolvimento da organização na República Centro Africana e no Chade e os altos ganhos político-estratégicos que a última teria com esta ação.

Quanto à última, a Operação Sangaris foi aprovada em dezembro de 2013 a fim de proteger a população frente os embates entre a Séléka e os Anti-Balaka, bem como promover a estabilização de distritos afetados pelo conflito. Além disso, a operação previa apoio logístico e militar à MISCA e, posteriormente, à MINUSCA e localizava-se, inicialmente, nos arredores do aeroporto internacional de Bangui. Conforme as extensões de mandato, o papel da missão foi modificado para se adequar à conjuntura local. Com o advento das eleições, em fevereiro de 2016, o efetivo se reduziu e restringiu-se sua atuação à Bangui (MINISTÈRE DE LA DEFENSE, 2016).

As organizações regionais atuam de diversas maneiras a fim de auxiliar no processo de retomada da estabilidade centro africana. A Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) buscam mediar negociações entre o governo, partidos da oposição e milícias sempre que preciso. No que tange ao envolvimento em missões de paz, em 2002, a CEMAC enviou a Força Multinacional à República Centro Africana (FOMUC), com o objetivo principal de evitar um golpe de Estado em Patassé e garantir a manutenção do *status quo*. Do mesmo modo, a FOMUC buscou proteger a região da tríplice fronteira entre a República Centro Africana, Chade e Sudão e auxiliar na reestruturação das Forças Armadas da República Centro Africana (FACA). Após o golpe de 2003 e a ascensão de Bozizé ao poder, o contingente permaneceu em território centro africano, a pedido do governo, até ser substituída pela Missão de Consolidação de Paz na República Centro Africana (MICOPAX), da CEEAC, 2008 (NASU, 2016).

A União Africana (UA) iniciou seu envolvimento direto no conflito com o a Missão Africana de Apoio à República Centro Africana (MISCA) em 2013, logo após o fim do mandato da MICOPAX. Dentre os objetivos principais da missão encontravam-se prestar

⁴³ Dentre os objetivos da força está oferecer o suporte necessário para a Missão das Nações Unidas e União Africana em Darfur (UNAMID).

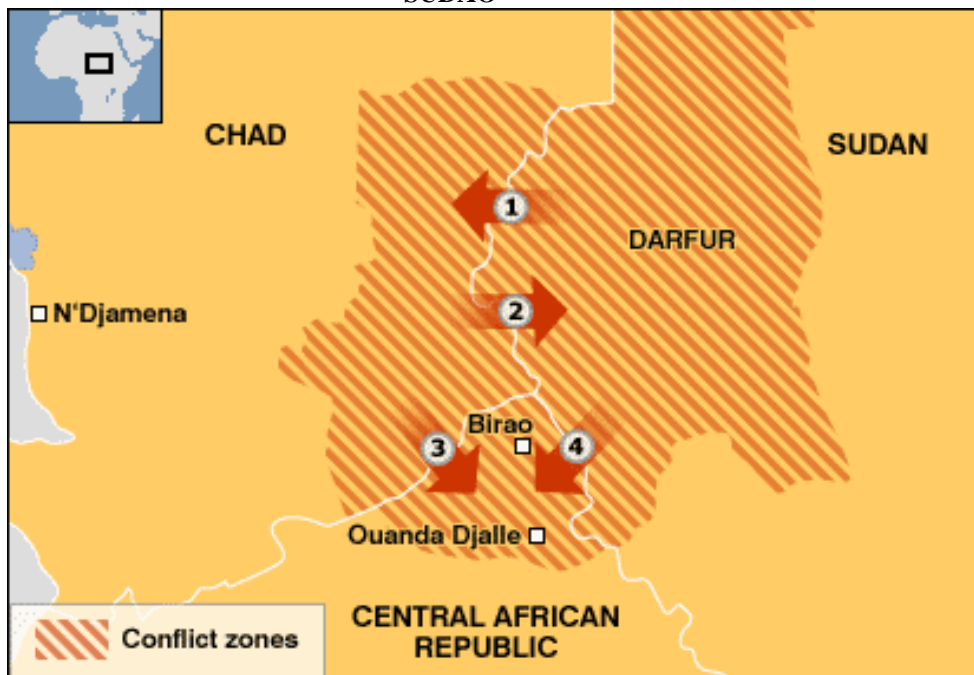
assistência humanitária à população centro africana e apoiar a estabilização e recuperação econômica do país, com o intuito de proporcionar ao Estado assumir novamente a plenitude de suas funções, principalmente no que tange questões sociais e o crescimento econômico (AFRICAN UNION, 2014). A partir de setembro de 2014, a MISCA transferiu seu mandato para a Missão Multidimensional das Nações Unidas de Estabilização na República Centro Africana (MINUSCA), que contava com elevado apoio internacional, como, por exemplo, da União Europeia e da própria União Africana. A MINUSCA tem como principais objetivos a proteção de civis, o suporte à implantação do governo de transição, a garantia de acesso imediato à assistência humanitária, a promoção e proteção dos direitos humanos, o suporte às leis internacionais e nacionais e a promoção do desarmamento, da desmobilização, da reintegração e da repatriação (DDR). É interessante notar que, apesar da aprovação com mandato programado para um ano de duração (até setembro de 2015), a missão perdura até hoje (UNITED NATIONS, s/d a).

Com o estabelecimento do governo transitório comandado por Catherine Samba-Panza (2014-2016) e a considerável redução dos índices de violência no país, o caráter das missões começou a ser modificado. Em 2015 e 2016 entraram em vigor, respectivamente, a Missão de Aconselhamento Militar da União Europeia na República Centro Africana (EUMAM RCA) e a Missão de Treinamento Militar da União Europeia na República Centro Africana (EUTM RCA), ambas com o intuito de reestruturar as Forças Armadas Centro Africana a modo de garantir sua eficácia e a melhora no relacionamento com a sociedade civil e o governo. Da mesma forma, a MINUSCA e a Operação Sangaris passaram a realizar treinamentos e capacitações similares, além de progressivamente reduzirem seus contingentes militares em território centro africano.

4.1 Triângulo das tormentas

“*The Tormented Triangule*”, expressão utilizada por Giroux *et al* (2009) para se referir à tríplice fronteira entre Chade, Sudão e República Centro Africana, expressa perfeitamente a situação conflituosa da área. Nas últimas décadas, esses Estados enfrentaram diversos casos de conflitos nacionais que se transformaram em regionais, afetando, principalmente, a população que vive ao longo da faixa de fronteira.

MAPA 8: TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE CHADE, REPÚBLICA CENTRO AFRICANA E SUDÃO



Fonte: BBC, 2007, s/p.

A utilização do território do país vizinho para treinamento de grupos paramilitares, contrabando de armas e minérios são práticas recorrentes. Além disso, deve-se considerar a semelhança cultural entre os três países, fortalecida pela presença de grupos étnicos semelhantes nesses territórios e o fato de que, especialmente na República Centro Africana, o Estado nem sempre consegue ter controle efetivo sobre as regiões mais distantes da capital, facilitando atividades ilegais nas cidades de fronteira e incursões externas. Nesse sentido, a respeito da população do nordeste da República Centro Africana, ICG (2007 *apud* GIROUX *et al*, 2009) explica que

[...] as pessoas no nordeste não falam Sango, língua oficial da RCA, e, em sua maioria, são muçulmanas. Em termos de cultura, política e comércio, o nordeste do país está orientado para Abéché, no leste do Chade, e Nyala, no sul do Sudão, em oposição à Bangui ou qualquer outra parte da RCA. ⁴⁴(ICG, 2007, p. 25 *apud* GIROUX *et al*, 2009, p. 10, tradução nossa).

Situação semelhante é evidenciada entre Chade e Sudão. Desde a época colonial, a tríplICE fronteira serve como área de ação de grupos rebeldes e contrabando de armas. Idriss Déby, presidente do Chade, utilizou-se de seu tempo em Darfur, no Sudão, para preparar o

⁴⁴ No original: “[...] people in the northeast do not speak Sango, CAR’s national language, and most of them are Muslims. In terms of culture, politics and trade, north-eastern CAR is oriented towards Abéché in eastern Chad and Nyala in South Darfur as opposed to Bangui or any other part of CAR.”.

golpe de Estado que o colocou no poder em 1990. Com o início dos conflitos em Darfur, em 2003, membros do Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM) e do Movimento de Libertação do Sudão (SLM) se refugiaram no Chade para preparar ações contra Cartum (BERG, 2008a). A pedido de Omar al-Bashir, presidente sudanês, Déby tomou frente nas negociações do acordo cessar-fogo entre as partes, todavia, os partidos rejeitaram a ação do Chade, transferindo a mediação para União Africana. O envolvimento de N'Djamena em tal processo provocou descontentamento em grande parte da população chadiana, tendo em vista que a maioria dos rebeldes, assim como partes do Chade e o próprio Déby, pertencia à etnia Zaghawa (BERG, 2008b).

Do mesmo modo, durante a Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005), a República Centro Africana foi usada para preparar ações do Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) contra Cartum e vice-versa. Ademais, quando o Chade não tomou medidas no sentido de conter a ação das milícias em seu território, o Sudão passou a utilizar-se do distrito de Vakaga, nordeste da República Centro Africana, aproveitando-se da instabilidade na região à época da Guerra Civil (2004-2007), para treinar grupos opositoristas e preparar golpes de Estado contra Déby, que enfrenta uma série de tensões políticas domésticas (GIROUX *et al*, 2009; GLAWION, 2015).

Os grupos de oposição e milícias centro africanas são igualmente financiados ou apoiados de alguma maneira tanto pelo Chade quanto pelo Sudão. Como mencionado anteriormente, após Patassé expedir ordem de prisão contra Bozizé, em 2001, pelo suposto envolvimento na tentativa de golpe de Estado, este procurou exilar-se no Chade, onde recebeu apoio de Déby na preparação do golpe que o colocou no poder em 2003. Era do interesse de N'Djamena que a situação na República Centro Africana fosse estabilizada a fim de proteger não só suas fronteiras, mas também os poços de petróleo no sul do Chade. Em função disso, Déby manteve seu apoio à Bozizé até os conflitos com a Séléka se tornar recorrentes e a instabilidade generalizada, chegando a fechar a fronteira com o país em meados de 2010 (BERG, 2008b; GLAWION, 2015; GIROUX *et al* 2009).

Nesse sentido, tendo em vista os problemas internos enfrentados pelos Estados em meados dos anos 2000, Berg (2008b) esclarece:

Os surtos de violência testemunhados desde 2005 no Chade e da República Centro Africana não são meramente o transbordamento do conflito de Darfur, mas a intensificação dos já existentes. Entretanto, esses eventos, originalmente separados,

se tornaram tão interligados que, atualmente, só podem ser entendidos como um sistema comum de conflitos.⁴⁵(BERG, 2008b, p. 76, tradução nossa).

Segundo Glawion (2015), o fim da Guerra Civil no Chade (2005-2010) e a aquietação dos conflitos com o Sudão contribuiu para a criação e o fortalecimento da Séléka na República Centro Africana. O Governo do Chade passou a apoiar, mesmo que de maneira discreta, os grupos de oposição a Bozizé a partir de 2012, chegando a atuar como mediador nas negociações entre a Séléka e Bozizé no mesmo ano. Todavia, quando ficou clara a incapacidade do Presidente em cumprir os acordos de cessar fogo firmados desde o fim da Guerra Civil e resolver os conflitos internos, N'Djamena aumentou o suporte aos rebeldes. A Séléka conta com apoio das forças de inteligência do país e a inação do contingente militar chadiano na Missão Africana de Apoio à República Centro Africana (MISCA), missão da União Africana, frente aos avanços em direção a Bangui, além do fornecimento de armas e demais materiais bélicos (WEYNS *et al*, 2014). Quanto o envolvimento do Sudão com a Séléka, é importante analisar a relação entre al-Bashir e Michel Djotodia, especialmente após o período em que o líder da UFDR atua como cônsul da República Centro Africana no país entre 2005 e 2006 (GLAWION, 2015). Weyns *et al* (2014) afirma que

O apoio do Sudão à comitiva de Djotodia se manifestou de várias formas, incluindo assistência logística em viagens, apoio político e facilitação de contatos com regimes aliados (incluindo Egito, Irã e Turquia). Além disso, o governo supostamente forneceu apoio militar direto através da nomeação de conselheiros militares, entrega de armas, recrutamento de tropas entre os grupos paramilitares pró-Cartum em Darfur (geralmente referidos como *Janjaweed*), treinamento militar para a Séléka (principalmente quando Djotodia era o responsável pela Presidência do Estado) e suporte médio a membros da Séléka feridos.⁴⁶(WEYNS *et al*, 2014, p. 69, tradução nossa).

Desse modo, a relação entre milícias e governos na região, não só transcende o Estado, como também as fronteiras. O transbordamento dos conflitos, nesse sentido, ocorre muito em função da união de forças militares para ganhos comuns e pela constante troca de aliados. A

⁴⁵ No original: “The outbreaks of violence witnessed since 2005 in Chad and the Central African Republic are not merely the spill over of the Darfur conflict, but an escalation of existing conflicts there. These originally separate conflicts have in the meantime become so closely intertwined, however, that in their current form they can be understand only in terms of a common system of conflicts.”

⁴⁶ No original: “Sudan’s support to Djotodia’s entourage was provided in different forms, including logistical assistance to travel, political support and facilitation of contacts with other friendly regimes (including in particular Egypt, Iran and Turkey). Moreover, the regime allegedly provided direct military support through the appointment of military advisers, arms deliveries, facilitation of the recruitment of troops from the ranks of pro-Khartoum paramilitary groups perating in Darfur (general referred to as *Janjaweed*), military training for Seleka Fighters (in particular when Djotodia was in charge of the State Presidency) and medical assistance for injured Seleka elements.”.

República Centro Africana, além de não possuir saída para o mar e estar cercada por Estados conflituosos e extremamente instáveis, por vezes, é alvo de incursões de grupos como o Exército de Resistência do Senhor (LRA), da Uganda, por exemplo. Este último, conhecido pela violência exacerbada em suas ações, utiliza-se do território centro africano para esconder-se das missões norte-americanas de busca por Joseph Kony, líder da guerrilha. O LRA conta com apoio da Séléka e dos *Janjaweed*, no Sudão. É importante salientar que, após anos alojando-se na região sudeste da RCA e, com a saída da Séléka do governo, o LRA transfere seu pessoal para o Sudão, atuando como importante aliado do último no conflito com o Sudão do Sul, mesmo após a suposta morte de Kony.

4.2 Relação com a antiga metrópole

A França se apresenta como principal aliada política e importante parceira econômica da República Centro Africana tal qual com grande parte de suas antigas colônias africanas. O processo de descolonização e os acordos econômicos e securitários firmados logo após a independência garantiram à ex-metrópole relação privilegiada com os novos Estados (CHAFER, 2001). Grande parte dos acordos firmados no processo que levou à cessão de independência ainda hoje está em vigência, tratando de questões referentes à intervenção militar francesa, estruturação das Forças Armadas, gestão de recursos de energia, entre outros (FRANCE DIPLOMATIE, s/d). De acordo com Utley (2002),

O aspecto mais evidente da permanência da ligação entre França e África, no entanto, foi à aplicação de acordos de defesa e militares. Facilitando intervenções francesas em assuntos domésticos quando regimes amigos estavam ameaçados, bem como a ação quando as ex-colônias enfrentavam ameaças externas, esses acordos resultaram em diversas intervenções francesas [...] A França ficou amplamente conhecida como a *gendarme* da África. ⁴⁷(UTLEY, 2002, p. 130-131, tradução nossa).

Ademais, historicamente, a França está intrinsecamente ligada às trocas de poder no país, seja pelo apoio indireto de grupos de oposição ou pelo suporte político-militar a governantes. Assim como o Chade, seu aliado, a potência europeia busca defender os interesses nacionais na região, fazendo com que as alianças da mesma com personalidades locais influentes sejam extremamente voláteis. Durante a Guerra Fria, a manutenção da

⁴⁷ No original: “The most overt aspect of France’s residual ties with Africa, though, was the applications of defence and military agreements. Facilitating French intervention in domestic affairs where friendly regimes were threatened, as well as action when the former colonies faced external threats, these agreements resulted in many French military interventions in Africa [...] France was widely referred to as the *gendarme* of Africa.”.

influência na República Centro Africana, considerando sua localização estratégica, e a redução da presença libanesa na região são os principais objetivos franceses. Após o fim da mesma, esforços a fim de promover o treinamento e a modernização das Forças Armadas Centro Africanas e da *gendarmérie* são realizados (GLAWION, 2015; N'DIAYE, 2009). Sem a justificativa para intervenções que o conflito bipolar garantia, a presença militar francesa na África passa a ser questionada, bem como seus elevados custos para o Estado. De encontro à nova estratégia francesa para a África, lançada no final da década de 1990, fomenta iniciativas militares africanas (na prática, franco-africanas), buscando incluir organizações regionais no processo, marco dessa prática no continente é a Força Interafricana na República Centro Africana (MISAB). Todavia,

Nota-se que, no domínio da Segurança e Defesa, o relacionamento bilateral não foi desvalorizado nem perdeu eficácia, bem pelo contrário. [...] esta redução de efectivos [sic] gerou poupanças significativas, parte das quais foram reinvestidas na adaptação da rede de bases aéreas em África, por forma de apoiar a projecção de forças a partir do território francês. (PINHEIRO, 2006, p. 147).

Quanto ao âmbito econômico, a França apresenta-se como o segundo maior importador e o terceiro maior exportador da República Centro Africana (CIA, 2017). É necessário fazer uma ressalva quanto aos índices de comércio entre ambos, afetados pelo aumento da violência, desde o golpe de 2013, e pelos ataques que grupos rebeldes, especialmente a Séléka, dirigem a franceses e demais estrangeiros residentes no país. Ainda assim, o interesse por recursos naturais como o urânio e o cobre, abundantes em território centro africano, são atrativos para empresas francesas. Quanto a isso, Renou (2002) ressalta

Através de um sistema de preferências, as companhias francesas usufruíam de um quase monopólio. Beneficiando-se de mão de obra barata, baixo preço de matérias prima e um mercado cativo. A independência dos Estados africanos francófonos não alterou essa realidade. Parcela significativa de suas atividades comerciais e de transporte permanece controlada por antigas companhias coloniais. ⁴⁸(RENOU, 2002, p. 8, tradução nossa).

Reitera-se que o suporte francês é determinante para a manutenção de poder na República Centro Africana, garantindo aos governos maior apoio internacional e conjuntura

⁴⁸ No original: “Through a system of preferences, French companies enjoyed a quasi-monopoly. They benefited from cheap labour costs, low prices for raw materials, and a captive market. The independence of Francophone African countries did not really change the rules. A significant share of their trade, marketing and shipping activities remained entirely controlled by the old colonial companies.”

favorável para administrar o país. Segundo Siradag (2016), os líderes centro africanos desenvolveram, especialmente depois da independência, relações próximas com os Chefes de Estado franceses, a fim de propagar a elevada interação econômica e política, bem como garantir a manutenção no poder. Por outro lado, Paris busca garantir sua influência militar na região tendo em vista o teor estratégico desse território. Todavia, é importante destacar que os acontecimentos internacionais e mudanças de governo na França alteram de diversas maneiras as políticas destinadas à RCA e os termos dessa relação. Desde o fim da Guerra Fria, a antiga metrópole tem de reformular as relações com a África no geral, especialmente após o genocídio de Ruanda (1994), passando a optar por acordos multilaterais e restringindo gradativamente o suporte militar. Apesar disso, o contingente destinado à República Centro Africana apresenta crescimento contínuo e, ao observar os dados expostos na Tabela 2, é possível perceber que desde a independência do país, em 1960, forças francesas, independente do caráter oficial das missões, estão presentes em território centro africano.

4.3 Considerações finais do capítulo

A precária situação na República Centro Africana, similarmente a outros Estados africanos, está diretamente ligada ao envolvimento externo no país. É comum países periféricos possuírem aparatos estatais mais “fracos”, onde a burocracia não funciona corretamente e o controle acerca de processos legais e fronteiras é reduzido. Fala-se em “Estado mais fraco” não no sentido do conceito de Estado falido, pois tal concepção baseia-se na ideia de que todo Estado que não se assemelha aos moldes do moderno, ou melhor, do europeu, é fraco e falha em cumprir suas funções, visão essa não compartilhada pelo presente trabalho. Nesse sentido, refere-se à capacidade burocrática, necessária à manutenção do capitalismo e do favorecimento aos interesses de grandes empresas, esta última, prática comum de países do centro, nesse caso representados pela França.

A falta de controle das fronteiras, facilitada pelas amplas áreas de floresta e ação de grupos paramilitares nessas zonas, permite o trânsito, praticamente livre, de pessoas e bens, especialmente metais preciosos. Com o processo de Kimberley (2003) e demais ações regulatórias acerca da origem dos metais preciosos, grupos militares acabam por unir-se a governos (alianças ou Golpes de Estado) e grandes multinacionais para traficar esses bens, tendo a atividade a principal fonte de financiamento da maior parte das milícias. O mesmo acontece com outros bens, como o petróleo, por exemplo.

A volatilidade das alianças e a utilização do Estado vizinho para treinamento de milícias, tráfico de armas e demais materiais bélicos, bem como a tentativa dos governos de

“exportar” disputas internas aos demais países da região, tirando o foco internacional e reduzindo a tensão em seu próprio território faz com que a conjuntura dessa região seja cada vez mais conflituosa e a resolução dos mesmos se torne cada vez mais complexa e custosa. A porosidade das fronteiras e a amplitude de nacionalidades dos grupos político-militares que atuam na África Central dificultam tanto sua identificação, quanto o combate e, principalmente, qualquer tipo de programa de DDR desenvolvido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização alterou drasticamente o modo de vida africano, seja pelos impactos causados na estrutura social ou pelo sistema de trabalho forçado adotado. Desde o início do processo, diferentes medidas administrativas foram tomadas com base no grau de resistência apresentado pelos povos colonizados e na cooperação de seus líderes com as potências europeias, alternando principalmente o nível de violência e autoritarismo utilizado. Acerca disso, as políticas aplicadas possuíam caráter assimilativo ou associativo. Quanto ao primeiro, com base em doutrinas evolucionistas e civilizatórias, realizava-se a tentativa de moldar a sociedade africana conforme os padrões franceses, fazendo uso da educação para promover a “evolução racial” dos povos colonizados. Já no segundo modelo, amplamente utilizado a partir do século XX, eram reconhecidas as diferenças culturais e seu papel na estruturação da sociedade e da vida política. Entretanto, ambas partiam da ideia de que os territórios haviam atingido certo grau de desenvolvimento a partir da missão civilizatória francesa (JUDGE, 2005). A aplicação do método de associação se deu conforme o entendimento das elites responsáveis, abrindo espaço para ações controversas e favorecimento pessoal.

O baixo nível de investimentos nesses territórios deixou como legado estruturas precárias com poucas estradas e sérios problemas de logística, bem como um déficit populacional decorrente de migrações forçadas⁴⁹. Dentro do contexto das guerras mundiais, as colônias africanas mostraram-se fundamentais para o desempenho bélico francês. Do mesmo modo, durante a crise de 1929, a matéria prima fornecida pelos territórios além-mar, bem como o mercado consumidor por eles representado, foi fundamental para a recuperação econômica da França (COQUERY-VIDROVITCH, 2008). Considerando a importância da África para o desenvolvimento e manutenção do *status* de potência da metrópole, o processo de independência, uma vez percebido como inevitável, foi conduzido a modo de garantir condição privilegiada nas relações com esses Estados. O avanço na organização política africana, percebido após a Segunda Guerra Mundial, acarreta em protestos e, conseqüentemente, reformas na administração colonial. A fim de manter as colônias e reduzir os custos, De Gaulle concedeu certo grau de autonomia política e orçamentária através da criação da União Francesa e, posteriormente, da Comunidade Francesa (CHAFER, 2002; COOPER, 2014).

⁴⁹ Durante os conflitos mundiais é instaurado o alistamento obrigatório, a fim de garantir a cota de soldados exigida pela metrópole, as autoridades utilizam de violência extrema, levando muitas famílias a migrarem para outras partes do continente.

Os movimentos anticolonialistas e a pressão internacional por eles exercida acarretaram na independência da maioria das colônias francesas na África durante a década de 1960. Todavia, o modo como esse processo foi conduzido o diferenciou dos demais. Inicialmente, foram estabelecidos parlamentos com Primeiros Ministros em cada um dos territórios, sendo por eles conduzida a transição para o Presidencialismo. No âmbito da Comunidade Francesa, foram estabelecidas diretrizes políticas nos âmbitos de defesa, política externa, monetária, entre outros. Do mesmo modo, antes da cessão de independência se firmaram acordos que garantam a propagação dessas condições, principalmente no que tange a intervenção militar em casos de conflitos internos e ameaças à manutenção do poder Estatal (UTLEY, 2002).

A independência da República Centro Africana, naturalmente, foi conduzida de modo que não prejudicasse os interesses franceses. Para tal, foi posto à frente desse processo David Dacko, chefe do MESAN, primeiro partido político centro africano, e com viés mais moderado com relação a seu antecessor Barthélemy Boganda (falecido um ano antes em um acidente de avião). Percebem-se alguns pontos marcantes no país desde sua independência até hoje, como, por exemplo, o uso do Estado para benefício próprio e do grupo étnico dos governantes em questão, a participação das Forças Armadas em golpes de Estado e a influência das relações exteriores na conjuntura interna. Quanto à última, a manutenção de alianças com Paris e N'Djamena interferiu diretamente na capacidade de sustentação dos líderes centro africanos. Quando David Dacko e François Bozizé iniciaram negociações com a China, a França imediatamente retirou seu apoio ao governo, chegando a enviar contingentes militares para proteger os cidadãos que vivessem no país enquanto disputas com rebeldes levam a golpes de Estado (SIRADAG, 2016). Do mesmo modo, na conjuntura atual de crise é preciso retomar que os soldados que dão origem ao grupo político-militar Séléka são, em parte, chadianos e têm sua ação na República Centro Africana favorecida pelo mesmo.

Ao pedir refúgio no Chade em 2001, Bozizé utilizou-se do Exército então reunido para propagar o golpe de Estado em 2003 e, devido ao não recebimento das recompensas prometidas a esses soldados, muitos voltaram para território chadiano, onde foram instruídos a voltar ao país vizinho. Do mesmo modo, durante a Presidência de Michel Djotodia, líder da Séléka, o Estado mostrou-se como importante aliado frente os processos de reconhecimento internacional do governo e negociação com a oposição (MEHLER, 2010; GLAWION, 2015). Desde o início, a ação da Séléka tem sido fomentada por atores externos, tendo passado por treinamentos militares com autoridades sudanesas, bem como apoio logístico e financeiro do

vizinho em troca do uso do território para planejamento e execução de ações contra o Sudão do Sul (WEYNS *et al*, 2014).

Com base nisso e nos demais dados expostos nesse Trabalho de Conclusão de Curso, têm-se a confirmação da hipótese de pesquisa apresentada. Apesar de ter conquistado a independência em 1960, a ex-metrópole ainda é capaz de interferir em questões políticas internas e externas na República Centro Africana. Grande parte dos tratados assinados durante o processo de transição à independência encontra-se em vigência até hoje ⁵⁰, garantindo condições de interferência militar e influenciando em fundamentos da política externa, de segurança, recursos estratégicos, entre outros. A previsão de intervenções militares em território centro africano para proteção de civis, franceses ou não, é fator crucial nesse processo. Ilustração disso é a Operação Barracuda (1979), promovendo a volta de Dacko ao poder, bem como a inação da Operação Sangaris frente ao iminente golpe de Estado em Bozizé, em 2013, e ainda, o programa de desarmamento da Séléka durante os embates entre a mesma e o Anti-Balaka (não incluso na medida). O apoio da antiga metrópole mostra-se fundamental para a manutenção do poder de líderes bem como na articulação com agentes internacionais, como a União Europeia, por exemplo, envolvidos em auxílios humanitários e programas de cooperação. Ademais, ressalta-se a predominância francesa no âmbito econômico do país e a ação através de ou em cooperação com organizações internacionais e iniciativas multilaterais, tirando o foco midiático da ação neocolonialista de Paris, sem diminuir o poder real de influência da mesma.

Portanto, conclui-se que o favorecimento de determinadas etnias ao longo dos anos e as mudanças realizadas na estruturação das Forças Armadas, sendo seus cargos utilizados como barganha para apoio ao governo, somados à negligência no que tange investimentos e participação política nas províncias do norte e nordeste estão entre as causas da acentuação dos conflitos internos observada nos últimos anos. A área hoje proclamada como República de Logone, historicamente, apresenta os menores índices de investimentos e infraestrutura precária, com pouquíssimas estradas, escolas e hospitais, problemas esses ampliados após a devastação causada pela Guerra Civil (2004-2007) na região. Com o golpe de Estado promovido pela Séléka em 2013 e a ampliação do conflito, passando a envolver questões religiosas, a tensão entre as regiões atinge níveis alarmantes, tornando o processo de reconciliação nacional cada vez mais distante.

⁵⁰ É possível ter acesso aos tratados firmados entre as partes no site do Ministério para Europa e Assuntos Exteriores da França, a partir do seguinte link. http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/Traites/Accords_Traites.php.

Do mesmo modo, levando em conta a situação, por vezes, de subordinação da política externa e das relações econômicas à França, a República Centro Africana tem sua atuação limitada dentro do sistema regional e mundial, especialmente no que tange contratos com empresas estrangeiras. Com o acirramento dos conflitos, as transações econômicas com empresas francesas são praticamente interrompidas, tendo o governo de buscar novas parcerias econômicas, como o caso das concessões para exploração de petróleo, firmadas por Bozizé com a África do Sul e a China em 2007. Todavia, ações como esta ameaçam o *status quo* da antiga metrópole na região, acarretando em represálias da mesma. Considerando que o país é rico em recursos naturais e, ainda assim, um dos mais pobres do mundo, e que as empresas francesas demonstram elevada falta de interesse em investir na região, mesmo com todas as garantias securitárias oferecidas por Paris, o território centro africano somente alcançará avanço nessas questões se conseguir parceiros dispostos a investir.

A fraqueza das instituições estatais e a falta de controle sobre a totalidade do país, com a soberania sendo reduzida conforme a distância da capital, impossibilita os líderes centro africanos de tomarem decisões contrárias à França, com base no elevado custo que o rompimento da aliança com o Estado europeu poderia ter para as autoridades em questão e para a própria população. Situação semelhante é observada nas demais ex-colônias francesas na África, tendo em vista que muitos desses novos Estados necessitam do suporte externo para manterem suas independências e garantirem a integridade de seus respectivos territórios. Por fim, ressalta-se que o intuito deste trabalho não é ser determinista e culpar a França pelos problemas dos territórios que eram suas colônias e sim entender que esses Estados, apesar de independentes mantêm relações privilegiadas com a metrópole, semelhantes à época colonial. Nem sempre essa relação é prejudicial e seu nível de proximidade depende de como a mesma é conduzida e da importância estratégica da região. A lógica de favorecimento pessoal hoje observada na atuação de grande parte dos líderes africanos era incentivada dentro das federações coloniais, bem como a utilização do Estado em prol de determinadas etnias e a rivalização das mesmas a fim de enfraquecer a oposição e conquistar aliados.

REFERÊNCIAS

- ALCOCK, J. **Empire in Africa**. 2016. Disponível em: <<http://www.atlasofbriempire.com/empire-in-africa.html>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.
- AMIN, S. O Imperialismo, Passado e Presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18. 2005. p. 77-123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a05>>. Acesso em: 30 Ago. 2017.
- AFRICAN UNION. **MISCA reiterates its commitment to continue to provide security for humanitarian and other convoys along the corridor connecting the Central African Republic to the border with Cameroon**. Peace AU. 2014. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/en/article/la-misca-reitere-son-engagement-a-continuer-a-securiser-les-convois-humanitaires-et-autres-sur-le-corridor-reliant-la-rac-a-la-frontiere-avec-le-cameroun-1>>. Acesso em: 31 Jan. 2016.
- AJAYI, J. F. A. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: _____. (Org). **História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-26. ISBN 9788576521280
- BBC. **Chad may face genocide, UN warns**. 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6367545.stm#map>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.
- BERG, P. The Dynamics of Conflict in the Tri-Border Region of Sudan, Chad and the Central African Republic. **Friederich Ebert Foundation**, Berlin. 2008a. ISSN 18623689
- BERG, P. **A Crisis-Complex, Not Complex-Crises: Conflict Dynamics in the Sudan, Chad and Central African Republic Tri-Border Area**. 2008b. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2008-4/08_a_berg_gb.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2017.
- BIERSCHENK, T.; SARDAN, J. O. Local Powers and a Distant State in Rural Central African Republic. **The Journal of Modern African Studies**, Londres, v. 35, n. 3, p. 441-438. 1997. DOI 101017S0022278X97002504
- CHAFER, T. France and black Africa: a very special relationship. In: _____. (Org.) **Modern & Contemporary France**, v. 4, n. 4, p. 427-429. 1996. DOI 10108009639489608456331
- CHAFER, T. French African Policy in Historical Perspective. **Journal of Contemporary African Studies**, London, v. 2, n. 19, p. 165-182. 2001. ISSN 0102016518

CHAFER, T. **The End of French Empire in French West Africa: France's Successful Decolonization.** New York: Berg, 2002. ISBN 1859735525

CENTANNI, E. **Central African Republic: map of rebel advance to capital (march 2013).** 2013. Disponível em: <<http://www.polgeonow.com/2013/03/central-african-republic-rebellion-map.html>>. Acesso em: 01 Ago. 2017.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Cia World Factbook.** 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ct.html>>. Acesso em: 4 Abr. 2017.

CLAPHAM, C. Fragile states and the international system. In: _____. (Org.) **Africa and the International System: The Politics of State Survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996a. p. 3-27. ISBN 9780511549823

CLAPHAM, C. Domestic statehood and foreign policy. In: _____. (Org.) **Africa and the International System: The Politics of State Survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996b. p. 44-74. ISBN 9780511549823

CHINWEIZU. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 927-964. ISBN 9788576521303

COOPER, F. Reformando el Imperio, acabando con el Imperio: Francia y África Occidental, 1944 - 1960. **Revista Académica de Relaciones Internacionales,** Madri, n. 8, p. 1-23. Jun. 2008. ISSN 16993650

COOPER, F. Alternativas al nacionalismo en África Francesa, 1945 - 1960. **Vinculos de Historia,** Ciudad Real, n. 3, p. 101-121. 2014. ISSN 22546901

COQUERY-VIDROVITCH, C. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935 - 1980). In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 337-376. ISBN 9788576521303

COQUERY-VIDROVITCH. French Black Africa. In: FAGE, J. D.; OLIVER, R. (Org.). **The Cambridge History of Africa, volume 7: from c. 1905 to c. 1940.** Cambridge: Cambridge University Press, v. 7, 2008. p. 330-392. ISBN 0521228034

COWAN, L.G. French Equatorial Africa. **Journal of International Affairs,** New York, v. 7, n. 2, p. 177-180. 1953. ISSN 0022197X. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/24355429?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20 Jan. 2017

CROWDER, M. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. revisada. Brasília: UNESCO, 2010. p. 319-352. ISBN 9788576521297

CROWDER, M. The Second World War: prelude to decolonization in Africa. In: FAGE, J. D.; OLIVER, R. (Org.). **The Cambridge History of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 8, 2008. p. 8-47. ISBN 521224098

DAY, C. **The Bangui Carousel: how the recycling of political elites reinforces instability and violence in the Central African Republic**. Enough Project, 2016. Disponível em: <<https://enoughproject.org/blog/new-report-central-african-republic-bangui-carousel>>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

DEBOS, M. Fluid loyalties in a regional crisis: Chadian ‘ex-liberators’ in the Central African Republic. **African Affairs**, Londres, v. 107, n. 427, p. 225-241, Mar. 2008. DOI 101093afrafadn004

DELIBERALI, D. *et al.* **República Centro-Africana**. GeÁfrica. 2014. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/53baef_c080f0ccefbf4ecdb05f3ff4718268ea.pdf>. Acesso em: 29 Jun. 2017.

DIJKSTRA, H. The military operation of the EU in Chad and the Central African Republic: good policy, bad politics. **International Peacekeeping**, London, v. 3, n. 17, p. 395-407. 2010. DOI 101080135333122010500150

DIOP, M. *et al.* A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 67-88. ISBN 9788576521303

DÖPCKE, W. A vida longa em linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 77-109. 1999. ISSN 19833121

DOUI-WAWAYE, A. J. **Repenser la Sécurité em République Centrafricaine**. Paris: L’Harmattan, 2014. ISBN 9782343041407

DUKHAN, N. The Central African Crisis. **GSDRC**, Birmingham, 2016.

DUKHAN, N. **Territoire Morcelé, Communautés Divisées: La République Centrafricaine face à des menaces sécessionnistes**. Enough Project, 2017. Disponível em: <<https://enoughproject.org/reports/dangerous-divisions-central-african-republic-faces-threat-secession>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, Inc. **David Dacko**. 2015a. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/David-Dacko>>. Acesso em: 01 Ago. 2017.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, Inc. **Jean-Bédél Bokassa**. 2015b. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Jean-Bedel-Bokassa>>. Acesso em: 01 Ago. 2017.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, Inc. **Central African Republic**. 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic/Independence#ref467633>>. Acesso em: 01 Ago. 2017.

EUROPEAN UNION. **EU Military Operation in Eastern Chad and North Eastern Central African Republic (EUFOR Tchad/RCA)**. 2009. Disponível em: <http://www.eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-tchad-rca/pdf/01032009_factsheet_eufor-tchad-rca_en.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

FRANCE DIPLOMATIE. **Traités**. Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. s/d. Disponível em: <<http://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/cadcgp.php?>>. Acesso em: 02 Set. 2017.

GFNTILI, A. M. Colonialismo. In: BOBBIO, N. *et al.* (Org.). **Dicionário de Política**. 11^a ed. Revisada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 181-186. ISSN 8523003096

GLAWION, T. The Progressive Disintegration of the Central African Republic's Political Economy. **Netherlands Institute of International Relations Clingendael**, The Netherlands, 2015.

GLOBAL SECURITY ORG. **CENTRAL AFRICAN REPUBLIC GENDARMERIE**. s/d. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/car-gendarmerie.htm>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

GLOBAL WITNESS. **Blood Timber: How Europe played a significant role in funding war in the Central African Republic**. 2015. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/bloodtimber/>>. Acesso em: 03 Ago. 2017.

GIROUX, J. *et al.* The Tormented Triangle: The Regionalisation of Conflict in Sudan, Chad and Central African Republic. **Crisis States Research Centre**, London, n. 2, p. 1-24, Abr. 2009. ISSN 17491800.

GROVOGUI, S. N. Sovereignty in Africa: Quasi-Statehood and Other Myths in International Theory. In: DUNN, K. C.; SHAW, T. M. (Org.). **Africa's Challenge to International Relations Theory**. New York: PALGRAVE, 2001. p. 29-45. ISBN 0-333-91828-2

GONÇALVES, H. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 1ª edição. São Paulo: Avercamp, 2005. ISBN 9788589311281

GUEYE, M.; BOAHEN, A. D. Iniciativas e resistência africanas na África Ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, A. A.(Org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. revisada. Brasília: UNESCO, 2010. p. 129-166. ISBN 9788576521297

HANLEY, D. L. *et al.* **Contemporary France: Politics and society since 1945**. Londres: Taylor & Francis, 2005. ISBN 0203989716

HERBERT, S. *et al.* State fragility in the Central African Republic: What prompted the 2013 coup? **Rapid Literature Review**, Birmingham (UK), p. 1-23. 2013. Disponível em: <<http://www.gsdrc.org/publications/state-fragility-in-the-central-african-republic-what-prompted-the-2013-coup/>>. Acesso em: 1 Mar. 2017.

HOPKINGS, T.; WALLERSTEIN, I. Patterns of Development of the Modern World-System. **Fernand Braudel Center**, New York, v. 1, n. 2, 1977. p. 111-145. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40240765?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 Ago. 2017.

HOUN, P. **Centrafrique: Faustin-Archange Touadéra, nouveau président surprise**. Liberation. 2016. Disponível em: <http://www.liberation.fr/planete/2016/02/21/centrafrique-faustin-archange-touadere-nouveau-president-surprise_1434855>. Acesso em: 02 Jul. 2016.

HUMANS RIGHT WATCH. **They came to kill: escalating atrocities in the Central African Republic**. 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/car1213_web.pdf> . Acesso em: 10 Jul. 2017.

IPIS. **Interactive map**. 2014. Disponível em: <
<http://www.ipisresearch.be/mapping/webmapping/car/#6.593673875998476/21.280517578125/7/terrain,21,22,4,6,23/100,2/>>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

JUDGE, A. French as a Tool for Colonialism: Aims and Consequences. **Institute of European Studies**, Berkley. 2005. Disponível em:<
<http://escholarship.org/uc/item/6t22342r>>. Acesso em: 25 Jun. 2016.

KAH, H. K. History, External Influence and Political Volatility in Central African Republic (CAR). **Journal for the Advancement of Developing Economies**, Lincon, v. 3, n. 1, p. 22-36. 2014. ISSN 21618216

KAH, H. K. A insurgência Séléka e a insegurança na República Centro-Africana entre 2012e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 40-67, jan-jul. 2016. ISSN 24483923

LECLANT, L. O Império de Kush: Napata e Méroe. In: EL FASI, M. (Org). **História Geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 273-295. ISBN 9788576521259

LENIN, V. I. **O Imperialismo, etapa superior do Capitalismo**. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 1917. Disponível em: < <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2017.

LESSA, A. C. O declínio da Pax Britannica (1870 – 1890). In: _____. (Org.) **História das Relações Internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 119-156. ISBN 8532631150

LY-TALL, M. O declínio do Império do Mali. In: NIANE, D. T. (Org). **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 193-210. ISBN 9788576521266

MABEKO-TALI, J. M. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 745-770, set-dez. 2013 ISSN 19824343

MANN, G. What was the indigénat? The ‘Empire of Law’ in French West Africa. **The Journal of African History**, Londres, v. 50, n. 3, p. 331-353. Nov. 2009 DOI 101017S0021853709990090

MAZRUI, A. A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 125-150. ISBN 9788576521303

MCGREGOR, A. **Passing the Torch: Fulani Warlords in the Central African Republic**. AIS. 2017. Disponível em: <<http://www.aberfoylesecurity.com/?p=3971>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

MINISTÈRE DE LA DÉFENSE. **Opération Sangaris**. 2016. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/operations/operations/centrafrique/dossier-de-presentation-de-l-operation-sangaris/operation-sangaris#>>. Acesso em: 30 Jul. 2017.

MBABIA, O. O poder estrutural sobre Estados Fracos: a França, e não a China, importa para a África Francófona. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 11-40. Jan.-Jul. 2014. ISSN 22386262

M'BOKOLO, E. A África Equatorial do Oeste. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 229-260. ISBN 9788576521303

MEHLER, A. Why Security Forces Do Not Deliver Security: Evidence from Liberia and the Central African Republic. **Armed Forces & Society**, Estados Unidos, v. 38, n. 1, p. 49-69. 2010. DOI 1011770095327X10390468

MEHLER, A. Rebels and parties: the impact of armed insurgency on representation in the Central African Republic. **The Journal of Modern African Studies**, Londres, v. 49, n. 1, p. 115-139. 2011. DOI 101017S0022278X10000674

MESFIN, B. Only a Folier de Grandeur? Understanding French Policy in Africa. **African Security Review**, Addis Abeba, v. 1, n. 17, p. 114-118. 2008. DOI 1010801024602920089627463

MORGENTHAU, R. S.; BEHRMAN, L. C. French-speaking tropical Africa. In: FAGE, J. D.; OLIVER, R. (Org.). **The Cambridge History of Africa, volume 8: from c. 1940 to c. 1975**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 8, 2008. p. 611-673. ISBN 521224098

MUDGE, L. **Touadéra one year on: justice needs urgent kick start**. Human Rights Watch. 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2017/03/30/touadera-one-year-justice-needs-urgent-kick-start>>. Acesso em: 30 Jun. 2017

MUNIE, V. **A agonia silenciosa na República Centro Africana**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2013. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/agonia-silenciosa-da-republica-centro-africana/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NASU, H. **International Evolution in Africa and the “Peacekeeping Institution”**. Legal Perspectives on Security Institutions, Cambridge, n. 16-19, p. 167-189, jan. 2016. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2711009>. Acesso em: 30 Jan. 2016.

N'DIAYE, B. Security Sector Reform in the Central African Republic. In: BORNS, H.; SCHNABEL, A. (Org.) **Security Sector Reform in Challenging Enviroments**. Genebra: LIT-Verlag, 2009. p. 39-66. ISBN 9783643800138

N'KRUMAH, K. O mecanismo do neocolonialismo. In: _____. (Org.) **NEOCOLONILISMO: o último estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1967. p. 281-299.

OLIVEIRA, H. A. O Conceito de Política Externa. In: _____. (Org.) **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 1-28. ISBN 850205192X

PINHEIRO, A. M. R. Modelos de “africanização” das Operações de Paz. **Nação e Defesa**, Brasil, n. 114, v. 3, p. 141-168. 2006. ISSN 0870757X

PIRES, A. P.; FOGARTY, R S. África e a Primeira Guerra Mundial. **Ler História**, v. 66, p. 57-77. 2014. Disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/721#text>>. Acesso em: 15 ago. 2016. ISSN 21837791

PISTONE, S. Imperialismo. In: BOBBIO, N. *et al.* (Org.). **Dicionário de Política**. 11ª ed. Revisada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 6111-621. ISSN 8523003096

RENOU, X. A New French Policy for Africa?. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 20, n. 01, p. 5-27. 2002. DOI 10.1080/02589000120104035

RIBEIRO, L. D. T. Da conquista europeia à descolonização. In: VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D.; PEREIRA, A. D. **Breve História da África**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. ISBN 9788586880650

RODNEY, W. A economia colonial. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. revisada. Brasília: UNESCO, 2010. p. 377-400. ISBN 9788576521297

ROESCH, R. Fracáfrica and the prohibition of the use of force. **Amsterdam Law Forum**, Amsterdam, v. 7, n. 1, p. 25-36. 2015.

SCHIERA, P. Estado Moderno. In: BOBBIO, N. *et al.* (Org.). **Dicionário de Política**. 11^a ed. Revisada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 425-431. ISSN 8523003096

SCHRAEDER, P. J. Cold War to Cold Peace: Explaining U.S-French Competition in Francophone Africa. **Political Science Quarterly**, New York, v. 115, n. 3, p. 395-419. 2000. ISSN 1538165X

SENA, C. R. R. **FRANÇAFRIQUE: A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios**. 2012. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SIRADAG, A. Explaining the Conflict in Central African Republic: Causes and Dynamics. **Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies**, Arábia Saudita, v. 9, n. 3, p. 86-103, 2016. DOI 1021533

SURET-CANALE, J. ; BOAHEN, A. A África Ocidental. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 191-228. ISBN 9788576521303

THIAM, I. D. et al. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 965-1002. ISBN 9788576521303

UNITED NATIONS. **Central African Republic – MINURCA Background**. 2001. Disponível em: < https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/car1213_web.pdf> . Acesso em: 17 Jul. 2017.

UNITED NATIONS. **MINUSCA Mandate**. s/d a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusca/mandate.shtml>>. Acesso em: 29 Jan. 2016.

UNITED NATIONS. **Peacekeeping Operations**. s/d b. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

UNITED NATIONS. **Peacebuilding & United Nations**. s/d c. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

UTLEY, R. 'Not to do less, to do better...': French military policy in Africa. **International Affairs**, London, n. 78, v. 1, p. 129-146. 2002 ISSN 14682346

UZOIGWE, G. N. Partilha Europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. revisada. Brasília: UNESCO, 2010. p. 22-50. ISBN 9788576521297

VISENTINI, P. **Os países africanos: diversidade de um continente**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI /Cebrafrica /UFRGS, 2012. p. 24-28, 136-138. (Série Africana). ISBN 97885886880162

VISENTINI, P. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. 1ª ed. 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. ISBN 978-85-362-3049-8

VLAVONOU, G. Understanding the 'failure' of the Séléka rebellion. **African Security Review**, Londres, n. 23, v. 3, p. 318-326. 2014. DOI 10108010246029

ZOUMARA, B.; IBRAHIM, A. **Genesis of the crisis in the Central African Republic**. Pambazuka News. 2014. Disponível em: <<http://www.pambazuka.net/en/category/features/90348>>. Acesso em: 29 Jun. 2017.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Academic Press, New York. 1976. p. 229-233. Disponível em: <http://marriottschool.net/emp/WPW/pdf/class/Class_9-The_World_System_Perspective.pdf>. Acesso em: 10 Set. 2017.

WEINSTEIN, B. Felix Eboue and the Chiefs: Perceptions of Power in Early Oubangui-Chari. **The Journal of African History**, n. 11, v. 1, p. 107-126. 1970. DOI 101017S0021853700037464

WEYNS, Y. et al. Mapping Conflict Motives: the Central African Republic. **International Peace Information Service**, Antuérpia (Bélgica), 2014.